



# CADERNOS PENSE BRASIL

## AS MUDANÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DURANTE E PÓS PANDEMIA

Abril/Junho de 2020 - Nº 5



**PANDEEMIA**

CADERNOS  
**PENSE  
BRASIL**

**AS MUDANÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS  
E SOCIAIS DURANTE E PÓS PANDEMIA**

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2020

**Diretor Presidente**

Ricardo Coutinho

**Diretor Vice-presidente**

Alexandre Navarro

**Diretor Financeiro**

Renato Xavier Thiebaut

**Diretor de Estudos e Pesquisas**

Carlos Amastha

**Diretor de Organização**

Fabio Maia

**Conselho Curador**

Presidente

Carlos Siqueira

**Membros Titulares**

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Felipe Martins

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Ricardo Coutinho

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

**Suplente**

Henrique Antão

**Conselho Fiscal**

Membros Titulares

Alessandro Antônio Stefanutto

Jônia Maria de Lima Pompeu

Thyago Henriques de O. Madruga Freire

**Suplentes**

Orlando José Felipe Castells

Luciana de Oliveira

**Cadernos Pense Brasil**

**Coordenação-Geral**

Fabio Maia

**Coordenação Editorial**

Márcia Rollemberg

**Assessoria de Comunicação**

Luciana Capiberibe

**Edição**

Instituto Paulista de Cidades

Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC)

**Pesquisa e Texto**

Adriana Silva

Fernanda Rosas Pires de Saboia

João Eduardo do Nascimento Fonseca

Tamara Ilinsky Crantschaninov

**Projeto Gráfico**

Diagramação: Adriana Silva

Fotos da capa: <a href="https://br.freepik.com/fotos-vetores-gratis/mulher">Mulher foto criado por freepik - br.freepik

Revisão: Eva Barbosa

**Assessoria de Comunicação e Redes Sociais**

Muganga Criativa Comunicação Digital

Distribuição: Versão eletrônica

Tiragem: 3 mil exemplares

Acesso e download: <http://fjmangabeira.org.br/pensebrasil>

Catálogo na publicação (CIP)

F981b

Cadernos Pense Brasil: As mudanças políticas, econômicas e sociais durante e pós pandemia/Fundação João Mangabeira.

Editora FJM, 2020 - nº 5, abril/junho.

48 p.il. color 21 x 27cm

1. Política - Brasil. 2. Coronavírus. 3. Pandemia  
I. Título. II. Fundação João Mangabeira (FJM).

ISSN 2674-7995

CDD 320

CDU 32 (81)



Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa

CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279

[fjm@fjmangabeira.org.br](mailto:fjm@fjmangabeira.org.br)

[www.fjmangabeira.org.br](http://www.fjmangabeira.org.br)

[www.facebook.com/Fjoaomangabeira](https://www.facebook.com/Fjoaomangabeira)

[twitter.com/fj\\_mangabeira](https://twitter.com/fj_mangabeira)

[www.instagram.com/fjmangabeira](https://www.instagram.com/fjmangabeira)

[www.tvjoaomangabeira.org.br](https://www.tvjoaomangabeira.org.br)

[www.observatoriodademocracia.org.br](http://www.observatoriodademocracia.org.br)



## APRESENTAÇÃO

Esta edição dos Cadernos PENSE BRASIL vem a público em momento de profunda inquietação social. Não apenas em nosso país, mas em todo o planeta. Como se sabe, em 11 de março último, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, passou a ser considerada uma pandemia. Desde fins de janeiro, a OMS já havia declarado que o surto constituía uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional”, este o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Por sua extensão, natureza e complexidade, ao mesmo tempo em que submeteu o mundo a condições agressivas de contágio e de risco grave, a pandemia surpreendeu e expôs governos, estruturas e sistemas públicos de saúde, de proteção e de garantias sociais. A

crise sanitária desmontou cânones do ideário neoliberal, já decadente, em especial aqueles que exigiam o “Estado mínimo” e santificavam “a mão invisível do mercado” como reguladora “natural” da vida social, assim como atravessou com incertezas e impactos imprevisíveis o cenário econômico global já conturbado por desigualdades agudas, turbulências geopolíticas e macroeconômicas.

Até aqui, os números chocam a humanidade, tanto por seu alcance aparente quanto por seu potencial ainda não quantificado rigorosamente. Analistas acreditados apontam que devemos enfrentar e avaliar a pandemia considerando, portanto, dois cenários: um é o que divulga apenas os casos confirmados, de contágio e de óbitos; o outro é o das quantidades reais, que alcançam todos as ocorrências conhecidas e estimadas, o que multiplica exponencialmente os números já dramáticos da crise.

Em fins de maio, o novo coronavírus já havia infectado mais de 5 milhões de pessoas e provocado a morte de mais de 340 mil em todo o mundo; um marco trágico alcançado apenas seis meses após ter surgido na cidade chinesa de Wuhan. Cerca de 2 milhões de pessoas se recuperaram da doença.

Quando atingiu o número de 320 mil infectados e mais de 20 mil mortos, isso no mês de maio, o Brasil subiu para a 3ª posição entre as nações com mais casos confirmados de Covid-19 no mundo. E o número só mostrava-se crescente. Desse modo, de acordo com o *ranking* da Universidade Johns Hopkins, nosso País ultrapassou o Reino Unido, a Espanha e a Itália e ficou atrás somente da Rússia e dos Estados Unidos.

Não fosse esse quadro o bastante para mobilizar todos os esforços do Estado e da sociedade, em nosso país, a tragédia social se avoluma em decorrência de uma crise política e institucional que se agrava dia após dia, mediante condutas, ações e omissões, para

dizer o mínimo, inconsequentes do Presidente da República. As desastrosas intervenções presidenciais e a mediocridade calculada das iniciativas governamentais afrontam princípios republicanos e verdades científicas; o que faz ampliar e aprofundar o cenário de crise epidêmica.

Foi, então, em meio a esse quadro, que, semanalmente, entre os dias 6 de abril e 11 de maio, a Fundação João Mangabeira realizou seis edições virtuais do PENSE BRASIL, nas quais debatemos o conjunto articulado das questões intrínsecas à pandemia com temas de interesse estratégico para o país, tanto do ponto de vista dos diagnósticos e análises quanto da perspectiva de projeções e propostas para o futuro próximo.

Assim, tivemos as participações do Sociólogo Boaventura de Sousa Santos e da Deputada Federal Lídice da Mata debatendo o tema O Papel do Estado no Combate à Pandemia. Com o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, e o Médico Sanitarista Odorico Monteiro, tratamos do tema A Crise Sanitária no Brasil e Seus Reflexos no Combate à Pandemia. Os professores e pesquisadores Esther Dweck (UFRJ) e Ladislau Dowbor (PUC-SP) nos ajudaram a pensar diagnósticos e cenários das relações entre pandemia e economia ao debater o tema Recessão Econômica e Pandemia: O que nos Espera? Com o auxílio dos professores e pesquisadores Aldaíza Sposati (USP) e Jaílson

de Souza e Silva (UFF), tratamos das questões contidas no tema Desigualdades e Pandemia: O que a Doença Revela Sobre as Estruturas Sociais Brasileiras. Para refletir sobre o tema Pandemia: Funções, Desafios e Dilemas da Ciência, recebemos os Ex-ministros Roberto Amaral e Sérgio Rezende. E, fechando esse ciclo do PENSE, reunimos cinco lideranças expressivas do campo democrático e progressista, que debateram os desafios e requisitos para um projeto democrático e avançado para o País. Em Diálogos de um Novo Brasil, Carlos Siqueira, Presidente Nacional do PSB; Gleisi Hoffmann, Deputada Federal e Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores; Marcelo Freixo, Deputado Federal pelo PSOL/RJ; Luciana Santos, Vice-governadora de Pernambuco e Presidente Nacional do PCdoB; e Roberto Requião, Ex-senador e Ex-governador do Paraná proporcionaram um debate de alto nível e de enormes relevância e urgência para o País.

São esses conteúdos de excelência e de importância estratégica que seguem, aqui, resumidamente reunidos como subsídios para o debate público qualificado e construtivo. A Fundação João Mangabeira agradece as muitas contribuições trazidas pelos especialistas convidados, bem como reitera seu compromisso com a promoção da reflexão livre, democrática, plural e avançada. Muito especialmente neste momento da vida nacional e do ambiente global.

**Ricardo Coutinho**

Presidente da Fundação João Mangabeira

# Manifesto Pense Brasil

em defesa da vida, pela valorização do SUS e da democracia brasileira

Fundação João Mangabeira

“

**NÃO**  
vamos  
**desistir**  
do **Brasil**

”




*Eduardo Campos*

# Manifesto Pense Brasil

em defesa da vida, pela valorização do SUS e da democracia brasileira

Abril/Junho de 2020



Entre abril e junho deste ano, a Fundação João Mangabeira (FJM), criada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), realizou, semanalmente, oito edições virtuais do Ciclo de debates PENSE BRASIL, que avaliaram os impactos da pandemia do COVID 19 nas esferas da política, da economia, das políticas sociais e dos cenários futuros no País.

A partir desse conjunto de diagnósticos, projeções e propostas formulado por especialistas, lideranças e dirigentes convidados, apresentamos o

## **“Manifesto Pense Brasil em defesa da vida, pela valorização do SUS e da democracia brasileira”**

Além das dimensões trágicas da crise sanitária e epidemiológica provocada pela pandemia do COVID 19, com muitos milhares de mortos e contagiados em quase todo o planeta, restou evidente a falácia e o declínio do ideário neoliberal, que hegemônizou a ordem mundial desde meados da década de 1980.

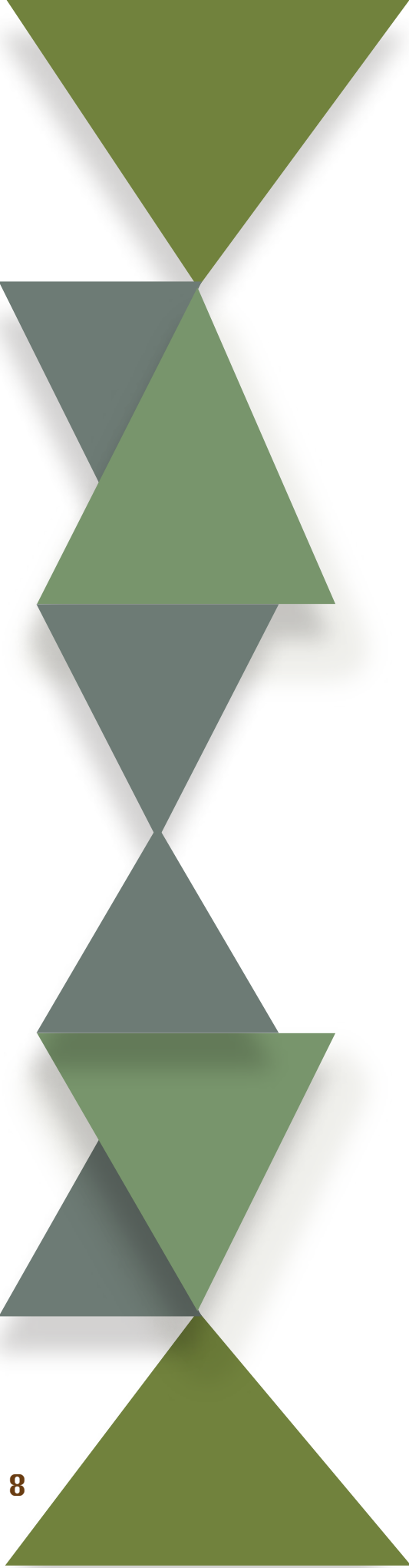
Ao combater, sistematicamente, as estruturas do Estado do Bem Estar Social, promovendo e celebrando uma alegada onipotência do “mercado” para regular e aperfeiçoar a vida social, o neoliberalismo liquidou com políticas públicas, especialmente nas áreas mais sensíveis da demanda social. Nos países periféricos, como é o caso do Brasil, o desmonte atingiu proporções alarmantes. No Brasil, o drama segue, agora, sob o ultraliberalismo de uma improvável extrema-direita com inclinações fascistas, avançando com virulência e insanidade.

Até mesmo ideólogos e porta-vozes consagrados dos mantras privatistas neoliberais reconhecem a eloquência e a urgência das demandas interpostas pela Pandemia ao Capital, ao Estado, à sociedade. Sistemas universais de suporte e promoção social, notadamente nas áreas de saúde, educação e renda, ganham inquestionável relevância estratégica e tornam-se políticas obrigatórias, já que tardias e urgentíssimas.

Assim é que a FJM defende como prioridades absolutas, nesse campo:

1. Seriedade no enfrentamento ao problema causado pela transmissão do Coronavírus, a fim de que a crise na saúde não intensifique as demais crises já consolidadas na política e na economia;
2. O compromisso com a informação, exigindo a divulgação dos números reais e em tempo real, para que todas as áreas envolvidas possam planejar e executar suas atividades de forma confiável;
3. Tomadas de decisões rápidas e consistentes com foco na proteção do povo brasileiro;
4. Destinação de recursos para socorro imediato a estados que estejam com dificuldades para garantir o atendimento hospitalar, equipamentos médicos, como respiradores, e de proteção individual (EPIs);
5. Garantia de renda básica para todos que se apresentem em condições de necessidade, sem qualquer fonte de renda;





6. Evolução do debate sobre renda básica emergencial para uma renda básica universal, para todos e todas brasileiros e brasileiras;

7. Criação de programas de apoio aos empregadores em seus diversos níveis a favor da manutenção do emprego;

8. Criação de programas de amparo e proteção dos trabalhadores e trabalhadoras que tiveram sua renda reduzida ou zerada durante a pandemia, bem como estratégias de realocação destas pessoas no mercado de trabalho;

9. Fomento a debates sobre estratégias de proteção do trabalho informal ou por meio do fenômeno da “Pltização”;

10. Investimento para estudos científicos, com o objetivo de permitir que o Brasil avance na busca por remédios e vacina que interrompam a propagação do Coronavírus;

11. Priorização absoluta da Universidade pública enquanto instrumento de evolução da sociedade brasileira, seja por meio de estudos nas áreas humanas como nas exatas e biológicas;

12. Revisão das políticas que sustentam o Sistema Único de Saúde, a fim de que o serviço possa ser fortalecido, aprimorado e ampliado o quanto for necessário para garantir o acesso da população brasileira, assim como a qualidade no atendimento, permitindo que o Estado se faça presente e ampare as famílias que recorrem ao SUS;

13. Proteção e valorização das carreiras ligadas ao campo da medicina, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, apoios hospitalares e outras profissões que atuam na linha de frente do combate a pandemia;

14. Revisão da política de industrialização do Brasil, de maneira a apoiar e valorizar a autono-

mia do País e tirá-lo no estado de submissão de outras nações em algumas áreas de produções, com destaque para o setor da saúde;

15. Compromisso no atendimento às populações mais vulneráveis, apresentando propostas que garantam a equidade;

16. Construção de um pacto social amplo e comunitário, visando a proteção de todas e todas, seja em relação à aspectos de saúde quanto de proteção do emprego e renda;

17. Revisão da política externa atualmente em voga, garantindo papel solidário às nações em desenvolvimento e mais atingidas pela pandemia;

18. Análise profunda dos procedimentos administrativos que estão sendo utilizados por governos municipais, estaduais e federal na compra de equipamentos e serviços para combate ao Covid-19, visando garantir a lisura no trato dos recursos públicos;

19. Manutenção e aprofundamentos das instituições democráticas brasileiras, visando o fortalecimento do nosso sistema de governo em meio à pandemia;

20. Construção de um pacto progressista entre os setores sociais, empresariais e políticos brasileiros, por uma nova agenda de proteção e desenvolvimento do povo brasileiro.

# PROGRAMAÇÃO EDIÇÃO VIRTUAL



Pense Brasil Virtual 1 - 06/04/2020

## **O papel do Estado no combate à pandemia Boaventura de Sousa Santos**

Sociólogo, Catedrático Emérito da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

participação da Deputada Federal - PSB (BA)  
**Lídice da Mata**



Pense Brasil Virtual 2 - 13/04/2020

## **A crise sanitária e seus reflexos no combate à pandemia**

### **Odorico Monteiro**

Médico, Ex-deputado Federal pelo PDB (CE)  
participação do Governador do Espírito Santo

### **Renato Casagrande**



### **Ricardo Coutinho**

Presidente da FJM  
Mediador dos  
encontros virtuais

# EDIÇÃO VIRTUAL PROGRAMAÇÃO

Pense Brasil Virtual 3 - 20/04/2020

## **A recessão econômica e a pandemia: o que nos espera?**

**Ladislau Dowbor**

Economista, Professor Titular de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

**Esther Dweck**

Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia, Professora Adjunta do Instituto de Economia da UFRJ



Pense Brasil Virtual 4 - 27/04/2020

## **Desigualdades e pandemia: o que adoença revela sobre as estruturas sociais brasileiras**

**Aldaíza Sposati**

Doutora em Serviço Social, Professora Titular UC

**Jailson de Souza e Silva**

Doutor em Sociologia da Educação, fundador do Observatório de Favela.



Pense Brasil Virtual 5 - 4/05/2020

## **Pandemia: Presente e Futuro da Ciência e Tecnologia**

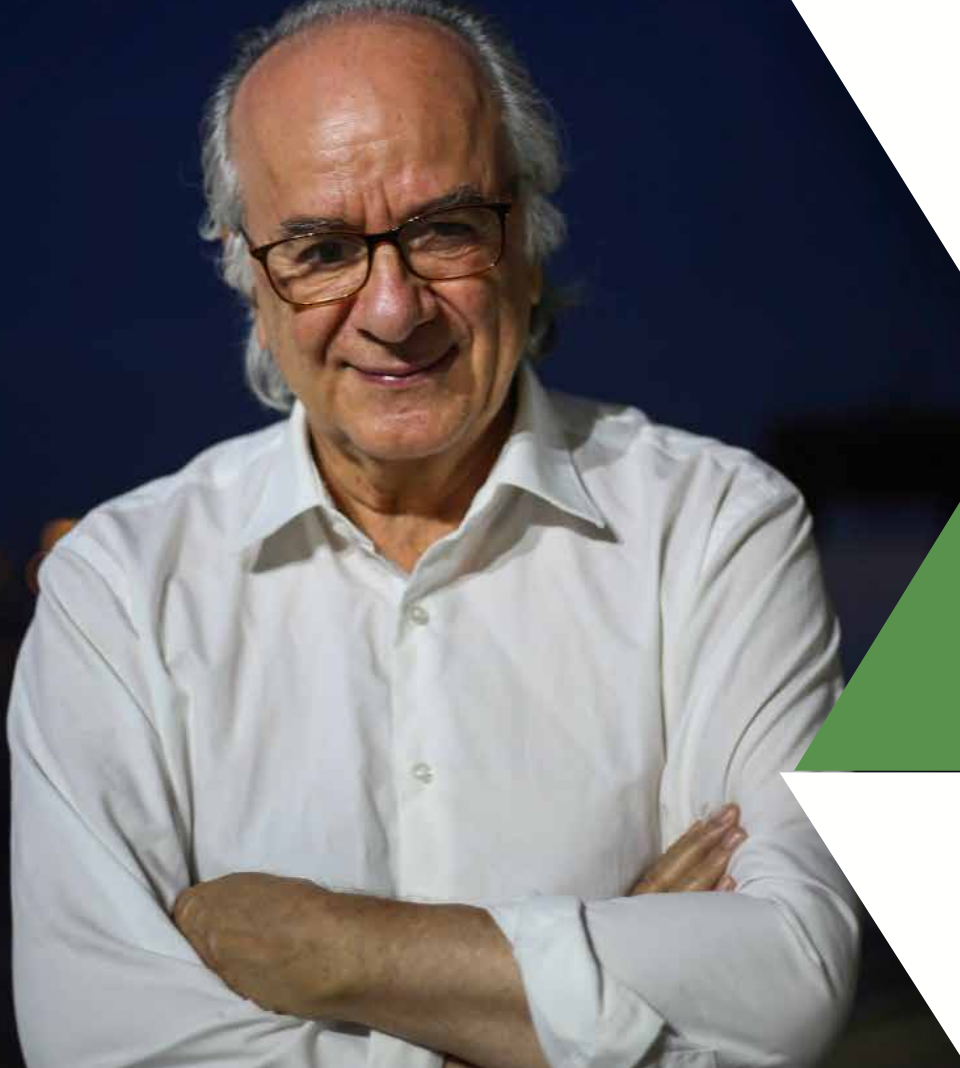
**Sérgio Machado Rezende**

Engenheiro Eletrônico e Professor Titular do Departamento de Física da UFPE

**Roberto Amaral**

Cientista Político, Jornalista





## O papel do Estado no combate à pandemia

**Boaventura de Sousa Santos**

Sociólogo, Catedrático Emérito da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**Lídice da Mata**

Deputada Federal - PSB (BA)

**Ricardo Coutinho**

Presidente de FJM  
Mediador

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos trouxe para a primeira edição do *Pense Brasil*, no modelo virtual, toda sua experiência como Catedrático Emérito da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Portugal. Logo no início de sua fala, o Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa anunciou que acompanhava, de muito perto, o que estava acontecendo no Brasil.

Didaticamente, Boaventura dividiu sua conferência em três partes: Como a humanidade chegou até a situação atual; como os Estados estão se comportando nesse período; e, ao final, abordou as perspectivas e os possíveis aprendizados.

Ao narrar a trajetória política dos estados, regressou ao século XIX para contextualizar como as sociedades foram reguladas. “A ideia era que houvesse certo equilíbrio entre Estado, comunidade e mercado.”

A evidência histórica mostra que a comunidade foi sempre um princípio muito desprezado, em quase todos os países, e o Estado oscilou ganhando e perdendo posição no mercado. “Ora dominou o princípio do Estado, ora dominou o princípio do mercado”, disse Boaventura.

Tudo isso ocorreu a partir da década de 1980, a partir do chamado Consenso de Washington, que fez com que os Estados vivessem a crise da acumulação do capital originada no primeiro choque do petróleo, em 1973. Depois dessa, várias outras crises fizeram com que as elites capitalistas, em cada país, entendessem que precisavam de novos campos de acumulação de rendimento, do lucro e, nessa altura, começou um ataque sistemático ao Estado. “Repentinamente, o Estado, que tinha dominado nos períodos anteriores, passa a ser considerado corrupto, ineficiente, e que deve ser minimizado”, acrescenta o Sociólogo.

Tornou-se comum o pensamento global de que o Estado, o serviço público, o bem público, os valores da república, valem muito menos do que o mercado. Ganhou evidência a ideia de que a própria lei da oferta e procura e das vantagens comparativas pudesse regular melhor a economia e a vida social. O desejo, naquele momento, era evitar a tributação. Boaventura acrescentou que os

sistemas de impostos criados no pós-guerra apresentavam tendência, quase todos, progressiva. Quem tinha mais rendimento, pagava mais. Era uma regra considerada absolutamente normal. “Os mais ricos, por exemplo, na Alemanha, na Suécia, em 1950/1960, chegaram a pagar 70% de impostos do seu rendimento e continuavam ricos, pagando tudo isso”, completou o Professor.

Boaventura mencionou o posterior ataque ao sistema de tributação que acabou levando ao endividamento dos estados e à abertura para a oferta de serviços privados até então somente oferecidos pelos governos. “Foi quando começaram a privatizar sistematicamente todos esses aparatos de serviços públicos, educação, saúde e previdência social. De maneira diferente os ataques foram obviamente sintonizados e com grande golpe aos direitos dos trabalhadores.”

Nesse cenário, iniciado no pós-guerra e levado até a queda do muro de Berlim, ainda que simbolicamente, é possível perceber que o capitalismo deixou de ter inimigos. Mesmo muitos anunciando o fim da história de repressão; que haveria um dividendo de paz; que as classes trabalhadoras, por exemplo, teriam uma vida melhor, com distribuição de riqueza mais justa, foi quando mais se intensificaram as diferenças. “A partir da queda do muro de Berlim, começou a haver uma crítica total, às políticas públicas, às políticas sociais e, portanto, vamos assistir a um aumento exponencial de desigualdade social e de concentração de riqueza que vai atingir o seu clímax exatamente nos dias de hoje.” Boaventura lembra que os oito homens mais ricos do mundo têm tanta riqueza quanto a metade mais pobre da humanidade.

Nas sociedades com tradição escravocrata, como é o caso do Brasil, normalmente, o Estado tendeu a beneficiar poucos e ser muito repressivo em relação às grandes maiorias. O sociólogo recordou o brasileiro Florestan Fernandes, quando esse cunhou o conceito de contrarrevolução preventiva. “A ideia de que há uma instabilidade e que as classes populares vão tomar o poder, seja o comunismo, como tem sido recorrente no Estado do Brasil e, portanto, toma o poder de uma maneira normalmente ditatorial, ou com uma manipulação

## “Pode haver economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado. A economia de mercado é uma economia, não é a sociedade no seu conjunto e, portanto, o Estado é necessário”

grosseira dos processos democráticos”, explica Boaventura, e conclui: “Os Estados chegaram despreparados à pandemia”.

O despreparo dos Estados, entretanto, tem causas políticas, intensificadas a partir de 2010, quando as crises foram surgindo praticamente em todos os continentes. A crítica ao Estado foi sempre muito seletiva e politicamente feita. “Não foi, obviamente, um ato dos mercados, foi um ato político” e, como tal, repercutiu de formas diferentes, não lineares.

Convencionado a ser chamado de lógica do neoliberalismo, os Estados que aderiram a esse modelo passaram a ter orçamentos maiores e não menores, como era de se esperar. Em vez de atuar nas áreas sociais, como saúde e educação, aumentou, por exemplo, nas despesas dos militares, nas Forças Armadas e no armamento; decisão que, em alguns países, foi absolutamente exponencial.

Em uma linha imbricada a essa, Boaventura acentuou a questão do controle do Estado. No caso do Brasil, exemplificou destacando a hiperpolitização do Judiciário, para despolitizar a neutralização de um adversário político e fazer eleger outra pessoa para a Presidência da República.

Para o sociólogo, sempre que há uma crise financeira, como, por exemplo, a de 2008, o Estado ganha relevância. Os bancos que, por muito tempo, propagandearam o fim do Estado, identificando-o como corrupto e deficiente, no momento da instabilidade, recorrem a essa mesma fonte, atribuindo a ela, o dever de socorrê-los. “E o Estado foi muito pródigo para eles, em 2008. Os Estados,

em geral, no mundo ocidental, salvaram bancos, não salvaram famílias.”

Nessa primeira parte de sua fala, Boaventura apresentou algumas conclusões. A primeira, é que o mercado não é a solução. “Pode haver economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado. A economia de mercado é uma economia, não é a sociedade no seu conjunto e, portanto, o Estado é necessário.”


Uma segunda conclusão é sobre a conflitante situação do trabalhador informal. O tema coloca em debate uma política de fragilização dos direitos trabalhistas. Em alguns lugares, mais do que em outros. No caso da América Latina, por exemplo, 50% da força de trabalho é informal. O Sociólogo questiona se esse tema não deveria ganhar destaque na pauta dos debates sociais. “É uma forma de vulnerabilidade muito grande”, enfatizou.

Outra forma de vulnerabilidade preexistente à pandemia, são as condições de habitabilidade e de habitação. O número é alarmante, pois 25% da população do mundo vive em favelas. Nesses locais, não há condições, inclusive, de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). “Nós sabemos que no Brasil, ainda hoje, 31 milhões de pessoas não têm água potável e 3 milhões não têm instalações sanitárias em casa.”

O excesso da população carcerária no Brasil também é visto por Boaventura como uma vulnerabilidade social preocupante. Se o vírus atingir essa comunidade, será difícil o controle, devido às condições de vida nesses locais.

Quando introduz o tema da pandemia em sua narrativa, Boaventura de Sousa Santos valida que o modelo da política de cada Estado tem feito a diferença na maneira como a crise com a Covid-19 tem sido conduzida. “Em geral, nós podemos dizer que governos de esquerda ou de centro-esquerda tiveram certa apetência para atuar mais rapidamente, embora haja exceções e, como digo, não é linear.”

Para o sociólogo, houve uma dicotomia entre proteger a economia ou proteger a vida. O que tem se mostrado uma falsa disjuntiva. “Não vejo como a economia pode prosperar em cima de um monte de cadáveres”, reiterou. Depois de apresentar o comportamento político de alguns países,



## “O Brasil é um caso de uma politização totalmente irresponsável. Evidenciando o equívoco de minimizar a pandemia”

como a Itália, o país mais lento no combate à pandemia; a China, o mais rápido; passando por Portugal, que relativamente foi ágil em adotar medidas de proteção; a Inglaterra, que mostrou arrogância; a Espanha, que optou por cessar o embate político entre a esquerda que está no poder e a extrema-direita representada pelo Partido Vox, para se unirem afim de salvar vidas; e os Estados Unidos, com destaque para a atuação de Donald Trump, que fez política o tempo todo, Boaventura se deteve em refletir sobre o Brasil.

“O Brasil é um caso de uma politização totalmente irresponsável. Evidenciando o equívoco de minimizar a pandemia”, colocou o sociólogo. O conflito dentro do próprio governo, criado pelo presidente Jair Bolsonaro, mostra o despreparo para a liderança política. A opção pelo caos fragiliza toda uma nação já frágil em relação às suas próprias mazelas sociais.

Boaventura concorda que a economia também precisa ser defendida. Para ele, o problema é saber como fazer isso. Um exemplo é o que aconteceu em 2008, quando os bancos foram socorridos pelos governos. Outra proposta é proteger a economia fazendo a defesa dos rendimentos, apoiando as famílias. O fundamental, nesse caso, é a união de forças e adoção de medidas que garantam a manutenção dos empregos.

Sobre a ciência, o Sociólogo lamentou a relação de desconfiança do Brasil, que se recusa a apoiar-se nos dados. Assim como oculta os números, às vezes até falsificando-os.

Após considerar como os estados chegaram até 2019/2020 com a pandemia do Coronavírus; depois, o comportamento de alguns deles a partir de suas posições políticas, Boaventura de Sousa Santos abordou as perspectivas de futuro.

Fez isso a partir da constatação do bom trabalho realizado pelos profissionais da saúde, que se apresentaram para o embate sem qualquer restrição, dando um verdadeiro exemplo de compromisso com a vida. Essa exposição do setor da saúde mostra que, quando tudo isso passar, será necessário rever os investimentos nesse campo. “A partir de agora, tem que ser uma área de investimento central dos Estados e não a compra de armamento militar, sejam de submarinos ou helicópteros”, acrescentou.

Ao citar o exemplo de como a comunidade de Paraisópolis está se comportando, nesta crise, com a atuação dos líderes assumindo o cuidado de famílias, criando campanhas, arrecadando fundos e alimentos, organizando os serviços, Boaventura aborda o papel solidário desses grupos organizados em comunidades e enaltece a importância desse sentimento que une as pessoas.

Do outro lado, bem oposto, aponta para os corsários. “Nós estamos, neste momento, num capitalismo dos corsários, isto é, encomendas de máscaras e respiradores ficam retidos em Miami, porque um outro comprador os compra. Foi o caso que ocorreu com a Bahia. Mas, na China, na Turquia, também são retidos respiradores para a Espanha, porque a Turquia também os produz, com licença chinesa, e também se apropria deles”, narrou o sociólogo, incrédulo com esse posicionamento antiético.

Enquanto os Estados Unidos impedem a entrega de medicamentos, luvas, máscaras e respiradores para Caraíbas, porque Cuba está sob embargo e ameaçam uma intervenção na Venezuela, o Brasil deixa ainda mais frágil a população quilombola, com o anúncio da remoção dessas famílias da Base de Alcântara. Boaventura usa esses exemplos para acentuar a falta de humanidade explícita nessas tomadas de decisão de Trump e Bolsonaro.

Sobre o futuro, o sociólogo é categórico, ao afirmar: “O fim da emergência não será o fim da emergência que ela vai causar”. Isso significa concluir que, quando todos voltarem para as rotinas de suas vidas, elas serão diferentes, impactadas, com destaque na economia, pela quarentena.

Outra reflexão acerca do futuro é o fortalecimento do debate sobre as alternativas ao modelo neoliberal. Esse episódio da pandemia mostra a necessidade de um estado presente, pronto para agir sempre e quando for necessário. O neoliberalismo foi exposto como um estado fraco, com base no mercado soberano, tomador de decisão. A esperança do Professor Emérito da Universidade de Coimbra é que o neoliberalismo saia dessa pandemia totalmente desacreditado, assim como os governos de extrema-direita.

E, nessa linha, Boaventura alerta sobre a importância de não esperar para promover as mudanças. “É na crise que nós temos que pensar”.

Crete de que, no período pós-pandemia, haverá muito sacrifício, o sociólogo receia o advento da ingovernabilidade, se não houver benefícios. Ele gostaria de apresentar soluções pautadas em um regime socialista democrático, mas acredita que ainda não haveria assimilação pela maioria. Então, ainda com base no capitalismo, aposta na regularidade do capital financeiro. “É evidente que o capital financeiro não pode de maneira nenhuma continuar a produzir as crises e não pagar por elas.”

Sempre comparando a atual crise com a ocorrida em 2008, Boaventura apresenta um sinal de esperança quanto à evidente necessidade de regulação do capital financeiro.

Sobre a ordem dos investimentos, não tem qualquer dúvida da importância da destinação de recursos públicos para a saúde. Mas sabe também que, para isso, o Estado terá que fazer mudança em seu sistema fiscal. “Essa é a ocasião para tributar as grandes fortunas”, disse Boaventura, ao concluir. “No meio dessa crise, o número de bilionários não cessa de aumentar, porque, como se sabe, para o capitalismo, a guerra é lucro.”

A crise tornou aparente a falta de soberania de alguns países, que ficaram à mercê da globalização, desassistidos no fornecimento de equipamentos simples e mais sofisticados de saúde. Em alguns lugares, não é o caso do Brasil, a submissão ao fornecimento de alimento está acentuando a crise. Moçambique, por exemplo, sofre o desabastecimento com o fechamento da África do Sul.

Outro ponto de destaque como aprendizado com a pandemia é o prejuízo da informalidade no trabalho. Para o Sociólogo, o Brasil tinha avançado na proteção do trabalhador e regrediu. “Somente a formalidade é capaz de fazer chegar o rendimento aos cidadãos e criar um sistema de reposição devidamente equilibrado”, explicou.

Ainda com o olhar voltado para o futuro, Boaventura asseverou sobre a necessidade de a população adotar um novo modelo de relação com a natureza baseado na revisão do modo de viver, conviver e consumir.

Sobre o desmatamento da Amazônia, tema para o qual foi dedicada uma edição do Pense Brasil, em 2019, o Sociólogo destacou que a política de preservação precisa ser priorizada. Quanto aos megaprojetos de geração de energia, ele está certo de que outros modelos já se mostraram muito mais oportunos, já que, além de produzir a energia, preza pela qualidade de vida das populações.

Boaventura pactua que os momentos de crise são favoráveis à promoção de mudanças e espera que o Brasil tenha maturidade para fazer o melhor uso possível do aprendizado gerado pela pandemia.



“Há claramente, no enfrentamento desses desafios, uma compreensão nova do papel do Estado”

**Lídice da Mata**  
Deputada Federal

A Deputada Federal pela Bahia, Lídice da Mata, identificou, logo de início, a fala do Professor Boaventura de Sousa Santos, com as batalhas do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Enquanto se pronunciava, de casa, em Salvador, era possível ouvir o panelaço ao fundo, produzido pelos insatisfeitos. Uma onda que cresce no Brasil e que se intensificou com o comportamento do presidente durante a pandemia.

Ao narrar o retrocesso das políticas sociais, desde 2016, a Deputada enfatizou o crescimento da informalidade no campo do trabalho; o aumento das desigualdades com reflexos diretos nas condições de moradia, que foram ainda mais precarizadas; e lembrou do problema com segurança pública, que está exigindo uma firme política de repressão e encarceramento.

De todas as relações possíveis com a crise do

Coronavírus, a Deputada evidenciou a do trabalho. Mas jogou luz para enaltecer a figura do trabalhador e quanto todas as economias estão estruturadas nessas relações de mão de obra e remuneração digna.

Sobre a insuficiência do País em produzir máscaras, luvas e equipamentos, Lídice da Mata acrescentou que o Brasil não pode seguir essa lógica, e que uma política de fortalecimento da indústria local precisa entrar na pauta política nacional com prioridade.

“Há claramente, no enfrentamento desses desafios, uma compreensão nova do papel do Estado. Temos que promover a inversão do destino dos recursos para garantir a sobrevivência, para garantir a economia, para manter a economia funcionando e para manter os rendimentos”, concluiu a deputada.



## A crise sanitária e seus reflexos no combate à pandemia

### **Odorico Monteiro**

Médico, Ex-deputado Federal pelo PSB (CE)

### **Renato Casagrande**

Governador do Espírito Santo

### **Ricardo Coutinho**

Presidente da FJM

Mediador

O debate do segundo Pense Brasil Virtual foi iniciado pelo Médico e Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade de Campinas (Unicamp), Odorico Monteiro. Ele abordou a atual crise sanitária, pensando a saúde como parte do direito à cidadania e também dever do Estado. Contextualizou o nascimento do Sistema Único de Saúde (SUS) dentro do processo de redemocratização, ressaltando seus ganhos, ameaças e o momento de dificuldades que enfrentamos hoje.

“A saúde é um tema muito caro para a classe trabalhadora e para nós, dos partidos socialistas”, apontou, ao traçar um histórico da chamada medi-

cina social, nascida na Europa no século XIX. Naquela época, os economistas liberais diziam que o papel do Estado era a proteção da propriedade privada. Então, sanitaristas alemães já defendiam que se o trabalhador tem no seu corpo sua única propriedade, é papel do Estado defender o corpo do trabalhador. É o embrião de um debate que chegaria ao Brasil no início do século XX, mais precisamente com a Revolta da Vacina, liderada por Oswaldo Cruz, na presidência de Rodrigues Alves.

Essa nova maneira de pensar a medicina intensificou-se ainda mais na repactuação da Europa pós-guerra, com a construção de sistemas universais

## “Nós temos que aproveitar o orçamento da pandemia para mostrar que é um absurdo congelar por vinte anos os recursos da saúde”

de saúde em vários países, com ênfase no soviético, o primeiro deles. “Então, todo aquele legado de interesses da classe trabalhadora de 1848 estava sendo, de certa forma, incorporado às grandes políticas públicas construídas a partir da revolução russa”, expressou Odorico Monteiro.

Trazendo a discussão para a realidade brasileira, o Médico explicou que o SUS, criado a partir da Constituição de 1988, é o maior sistema de saúde universal do mundo. O único em um país com mais de 100 milhões de habitantes. No final dos anos 80, um amplo processo de municipalização do SUS construiu uma enorme rede de assistência no país, hoje transformada no Programa Saúde da Família (PSF). “O SUS foi estruturante, inclusive, na organização do Estado brasileiro na redemocratização. Ele criou para os municípios, para as prefeituras, a noção de política pública”, explicou. O Ex-deputado do PSB lembrou ainda conquistas importantes do SUS que se tornaram referência, como as campanhas de vacinação, o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Aids e a participação social.

No campo das fragilidades, o doutor em Saúde Pública acredita que o fato de termos no Brasil sistemas de saúde público e privado reforça valores de distinção social da elite. “Os sistemas europeus são 100% públicos. O sistema canadense totalmente público. Mas, aqui, a empregada usa o SUS e a patroa usa o sistema suplementar. Então, isso cria o sistema de um e o sistema do outro”, pontua.

Outra questão grave, apontada por Monteiro, é a do financiamento. “Nós temos que aproveitar o orçamento da pandemia para mostrar que é um absurdo você congelar por vinte anos os recursos da saúde”, disse, referindo-se à Emenda Constitucional 95/2016. Segundo ele, estudos mostram

que, nos últimos anos, houve redução significativa dos repasses do Governo Federal para os entes federativos, o que torna o pacto federativo na saúde muito frágil. Inexistem mecanismos efetivos de responsabilidade solidária entre a União, os Estados e Municípios. As relações são construídas, muitas vezes, verbalmente e questões importantes restam em aberto na legislação brasileira. Quais são os critérios de partilha dos recursos federais? Quais são os critérios de repasse?

O debatedor pontuou também a inexistência de um planejamento estratégico para o SUS: “É preciso, a exemplo da educação, construir um plano decenal. Não dá para você ter uma área estratégica, como a saúde, em que você tem quase um ministro por ano. Uma política pública como o SUS não suporta plano de governo, tem que ter planejamento definido em leis federais, estaduais e municipais”.

Falando mais especificamente do momento atual de crise sanitária, Odorico Monteiro afirmou que “há uma determinação social da doença que é importante a gente entender”. Se, em todo o século XX, a humanidade enfrentou três pandemias, esta já é a segunda, nesse início de século XXI, levando em conta a propagação da H1N1, em 2009. Por ser, ainda, uma pandemia que envolve muitas questões que não estão claras, é como se o mundo tivesse sido pego de “calças curtas”, analisa o doutor em Saúde Pública.

No caso do Brasil, o despreparo vem não só do próprio governo, como também do aparato tecnológico e dos recursos humanos disponíveis. O País não fabrica internamente ventiladores, máscaras, equipamentos de produção individual. Não há uma política estratégica de desenvolvimento tecnológico na cadeia produtiva da Saúde. A falta de investimentos em produção química nacional, biotecnologia e inteligência artificial tornam o país completamente dependente da produção externa, em um momento em que todo o globo precisa acessar os mesmos produtos.

Quanto à força de trabalho, é notória a escassez de profissionais, ainda mais se levarmos em conta o fim do programa Mais Médicos, que deixou pelo menos 8 mil equipes desfalcadas, em todo o

território nacional. Uma mudança nesse sentido não conseguirá vir em curto prazo, pois é preciso considerar que são necessários pelo menos 10 anos para se formar um médico. Não é a mão invisível do mercado que vai conseguir resolver isso. É planejamento, um projeto estratégico de Estado, envolvendo a União, os Estados e os Municípios.

Para Odorico Monteiro, a Atenção Primária, os agentes comunitários de saúde, e os agentes de combate a endemias, devem ter papel fundamental, nesse redirecionamento de estratégia, aliando o sistema de saúde à rede de proteção social. “A Atenção Primária não é só a porta de entrada do SUS, ela é a ordenadora do cuidado”, afirmou, pois está presente nos territórios, nas comunidades, por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Nesse aspecto, a experiência inglesa é um notável exemplo de valorização desse setor: é o médico da família que coordena a atenção especializada e, quanto menos pacientes ele encaminhar para consulta com especialistas, garantindo resolutividade ali no primeiro contato, maior é o seu salário.

Em suma, o ex-deputado acredita que o principal ensinamento que podemos tirar dessa situação de pandemia é como aprimorar estrategicamente a governança do SUS, a partir da certeza de que novas doenças pandêmicas podem e devem surgir em um mundo cada vez mais globalizado. O isolamento social é passo fundamental, pois, com aglomerações, a quantidade de pessoas que entra com sintomas graves da doença é maior do que a capacidade do sistema em dar resposta para o fenômeno.

O segundo debatedor foi o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, que salientou a situação sem precedentes que o Brasil está atravessando com a pandemia. Para ele, o desconhecimento acerca do comportamento do novo Coronavírus torna a tomada de decisões pelos gestores públicos muito difícil e gera angústia na população, que não sabe por quanto tempo as atuais medidas de contenção serão mantidas.

“O que nós sabemos? Sabemos que a única maneira de barrar a transmissão e dar tempo para a gente se preparar é o isolamento dos grupos de risco, o distanciamento social e a não aglomeração.

## “O Brasil não teve um planejamento, uma estratégia para se tornar um país soberano na área industrial. Esse é um problema grave”

Esse é o tratamento que se tem hoje”, afirmou.

Casagrande defendeu que governadores e prefeitos construam suas ações a partir de dois principais objetivos: salvar vidas e reduzir o impacto da crise entre os mais vulneráveis, com medidas nas áreas econômica e social. Ele criticou, contudo, a falta de uma coordenação nacional no enfrentamento à crise e a demora na implementação de algumas ações anunciadas pelo Governo Federal, como a regulamentação de linhas de financiamento pelo Banco Central.

À época do encontro virtual Pense Brasil, em abril, o Estado do Espírito Santo estava perto de confirmar 500 casos diagnosticados com a Covid 19 e contabilizava 16 óbitos. A cada três ou quatro testes realizados, um era positivo. O Governador alertou para o fato de que, embora os números ainda fossem modestos, se comparados a São Paulo e Rio de Janeiro, o índice de positividade dos testes estava aumentando. Quando começaram a ser realizados, no início de março, para cada onze testes apenas um era positivo.

Desde janeiro, quando o novo Coronavírus já se alastrava pela Ásia, o governo do Espírito Santo começou a se preparar para uma possível pandemia, buscando apoio de hospitais filantrópicos para aumentar o número de leitos e prevendo investimentos em ampliações. Agora, as obras já estão a pleno vapor. A meta é chegar em julho com 445 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) exclusivos para isolamento e tratamento da Covid-19. O obstáculo surgido para a estruturação desses leitos tem sido a falta de respiradores, apontou Casagrande.

Retomando um assunto tratado pelo Dr. Odo-

rico Monteiro, o Gestor evidenciou a dependência industrial brasileira na área da saúde: “Numa crise como essa, não tem nenhuma empresa brasileira que fabrique respiradores. Estamos vivendo um momento de desindustrialização. O Brasil não teve um planejamento, uma estratégia para se tornar um país soberano na área industrial. Esse é um problema grave”.

Buscar soluções para os efeitos econômicos da crise sanitária foi outro ponto tratado com preponderância por Casagrande. O Governo do Espírito Santo tem tomado algumas medidas, nesse sentido, como a prorrogação por 90 dias do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Simples Nacional e a suspensão, pelo mesmo prazo, de recursos administrativos em todas as áreas do governo. Também foi aprovado, na Assembleia Legislativa do estado, um fundo de aval de R\$ 100 milhões para micro e pequenas empresas.

Da mesma forma, ações em outras áreas foram trazidas para exemplificar como gestores estaduais e municipais podem agir para amenizar os efeitos da crise atual. Os recursos do Fundo de Assistência Social foram ampliados e repassados aos municípios antecipadamente. Foram liberados ainda R\$ 21,6 milhões do Fundo Cidades para investimentos em saúde e assistência social. Além disso, o governo tem distribuído cestas básicas para grupos da economia solidária e alunos da rede estadual inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) federal.

Com o calendário escolar suspenso, soluções também têm sido formuladas para reduzir o déficit no ensino. Um aplicativo, chamado Escolar, foi desenvolvido para enviar conteúdo didático para os estudantes em isolamento social. Por meio de uma parceria com as operadoras de telefonia celular, os alunos passaram a receber o material via WhatsApp, mesmo que não possuam WiFi ou dados móveis. Outro formato de ensino a distância a ser explorado pelo Governo do Espírito Santo será através da televisão, com a criação de um canal exclusivo para exibir atividades e conteúdos pedagógicos, que chegará a 230 mil estudantes da rede pública estadual.

Sobre o impacto financeiro nas receitas do Estado, o Governador ressaltou que é preciso primeiro saber o tamanho efetivo e duração da crise. “Mesmo que a gente autorize abrir todo o comércio do Estado, os comerciantes não venderão na proporção que vendiam, naturalmente. Nós vamos conviver um longo prazo com essa pandemia e o desafio é encontrar um ponto de equilíbrio entre proteção à vida e uma mínima atividade econômica”. Segundo o Gestor, até o momento da conferência, o Espírito Santo já havia investido R\$ 100 milhões no fundo de infraestrutura, R\$ 55 milhões em assistência social e perto de R\$ 60 milhões em compras de equipamentos e obras.

Assim como o Médico Odorico Monteiro, o governador defendeu o fortalecimento da Atenção Primária, como forma de reduzir a pressão sobre o sistema hospitalar. “Boa parte dos problemas, a pessoa pode resolver lá no atendimento da unidade de saúde, na região onde ela mora”, analisa. Dessa forma, é possível evitar o transporte sanitário de pessoas, que é feito de um município para a região central do Estado, ajudando no controle da pandemia e na sustentação política do SUS. “Por não terem um bom funcionamento lá na base, muitas pessoas procuram diretamente a porta do hospital, que está sempre aberta.”

Questionado sobre sua opinião acerca da relação tortuosa entre o Presidente da República, Governadores e o Ministério da Saúde, durante o enfrentamento à crise sanitária, ele criticou o com-

portamento presidencial de estar “sempre enfrentando uma crise, gerando outra”. “Ele estabeleceu uma disputa política com os Governadores e, posteriormente, com o seu Ministro da Saúde. Se isso se relacionasse, por exemplo, ao tema preço de combustível, que foi uma crise anterior, que ele estabeleceu com os Governadores, isso poderia ter um efeito menor. Mas na hora em que a gente está lidando com a vida das pessoas, o efeito é devastador”, avaliou.

Além de referendar os argumentos de ambos os debatedores, o moderador Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira, apresentou questões trazidas pela plateia virtual, que complementaram as discussões. Durante sua participação, reafirmou a necessidade de reestruturação de diversas áreas do SUS; de investimentos no parque industrial brasileiro com o objetivo de garantir a soberania nacional na cadeia produtiva da saúde; e da urgente revogação da Emenda Constitucional 95, possibilitando assim mais recursos para os entes federativos.

Por fim, o debate possibilitou compreender o SUS como uma ampla política pública solidária, centrado na possibilidade de garantir acesso a todos. E em momentos como esse é necessário reiterar o papel primordial do Estado, de utilizar sua capacidade redistributiva de produção de justiça social. Não dá para colocar o emprego versus a vida e a morte. E, para isso, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) sabe que terão que ser construídas políticas de saúde, econômicas e de assistência social capazes de ressignificar a vida das pessoas dentro da nova realidade imposta pela Covid-19.





## A recessão econômica e a pandemia: o que nos espera?

### **Ladislau Dowbor**

Economista, Professor Titular de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

### **Esther Dweck**

Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia, Professora Adjunta do Instituto de Economia da UFRJ

### **Ricardo Coutinho**

Presidente da FJM  
Mediador



Nascido em 1941, o Economista e Professor Ladislau Dowbor lembra a história do nazismo sob a ótica dos pais dele, refugiados na fronteira espanhola, onde ele nasceu. Engenheiro e pessoa bem informada, na Polônia de 1933, o pai lhe contou recentemente que “todos os dias, abria o jornal e pensava o que ele (Hitler) iria inventar. Naquele momento, a gente já tinha compreendido o quanto era repulsivo o que ele fazia, mas, quando o movimento surgiu, não; nós o elegemos”, narrou Ladislau, que, ao lado da Professora Doutora em economia Esther Dweck, foi o debatedor convidado do terceiro Pense Brasil Virtual.

A diferença é que o golpe no Brasil de hoje se dá em câmera lenta, sem tanques e tropas nas ruas, o que dificulta ainda mais a compreensão do processo de desagregações política e econômica. “Eles vão se apropriando, simplesmente”,

comentou o Professor, lembrando que vivenciamos, também, uma convergência de crises: a crise econômica gerada pela pandemia desabou sobre nós num momento em que já atravessávamos uma forte crise, embora a população ainda não tivesse total compreensão disso.

E perdemos cada vez mais, em todos os setores. “Veja o que acontece com o clima, com a liquidação da vida nos mares. Em 40 anos, perdemos 52% da vida dos vertebrados do planeta. Só nas áreas do semiárido, temos perdido cerca de 70 mil quilômetros quadrados por ano. Portanto, em termos ambientais, também nos encaminhamos para um desastre extremamente acelerado.”

O outro importante eixo crítico, para Dowbor, compartilhado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), é a desigualdade crescente, graças ao endividamento, que fortalece a já

existente exploração salarial. A exploração pela dívida agigantou-se, no planeta, simplesmente porque o dinheiro hoje é apenas um sinal magnético, não é mais um papel impresso pelo governo. É um sinal magnético emitido essencialmente pelos bancos, há um descontrole. "Há um desajuste completo entre o sistema financeiro global e o nível nacional das políticas financeiras. Tanto é que, atualmente, em Davos/Suíça, o foco principal é pensar numa saída que traga algum tipo de regulação internacional do sistema financeiro."

Dowbor lembra, também, que o Brasil tem, nos paraísos fiscais, uma soma estipulada em US\$ 520 bilhões (ou cerca de R\$ 2, 5 trilhões, o equivalente a um terço do nosso Produto Interno Bruto - PIB). Um volume gigantesco, fruto de sonegação, evasão fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro. "O capital inventa diversas narrativas, desde sempre, para justificar a desigualdade no mundo. Mas não está funcionando. Estamos com 850 milhões de pessoas passando fome, um total de 15 mil crianças por dia. E sabemos onde estão e como é fácil resolver isso. A resposta passa pela produção diária de mais de um quilo de cereais por pessoa. Nosso problema é de organização social, política; nosso problema é de regras no jogo."

Em resumo, estamos vendo convergir uma crise ambiental, a desigualdade e o caos financeiro. Quando se juntam essas três crises, tem-se a desregulação geral. E, justamente nesse momento, chega o Coronavírus e tudo se paralisa. Isso é muito forte, estamos realmente numa crise sistêmica.

"A isso, junta-se o fato de que, hoje, o miserável não diz 'sim, senhor' com tanta facilidade. A massa de pessoas pobres no mundo está muito brava com a falta de uma escola decente para o filho e acesso à saúde decente. Os jovens na Argélia veem na tevê as mocinhas da elite farreando em Saint-Tropez. Isso não está mais funcionando."

É importante essa perspectiva: Trata-se de

uma crise sistêmica mundial. Não somos os únicos com problemas, com o Coronavírus e Bolsonaro. Temos Trump, temos Recep Erdogan, temos Orban, temos o Brexit. O planeta chegou a um momento de redefinições.

Mas, analisando a situação do Brasil em específico, o quadro agrava-se, com a falta de enfrentamento ao vírus. Falta comando, falta governo. Prova disso é que as outras nações que têm enfrentado razoavelmente a pandemia formaram um comitê de crise; dão total prioridade à ciência e aos médicos; fazem um sistema de máximo seguimento das regiões mais afetadas. Por uma razão muito óbvia: esse vírus é menos letal do que outros, mas se dissemina com mais rapidez.

E sabemos o que deve ser feito, lembra Dowbor: Repassar recursos para as famílias necessitadas. Imediatamente. Em seguida, é preciso injetar todo o dinheiro possível ao heroico sistema que está combatendo o vírus. "É essencial resgatar o Sistema Único de Saúde e investir nas famílias, no SUS, e num terceiro eixo, nas empresas que nos ajudam com o essencial. Em particular, alimentos, farmácias e coisas do gênero."

Ele conta que os recentes dados internacionais apontam para uma mudança no perfil de consumo. "Comprar bolsa Louis Vuitton ou caneta Montblanc deixou de ser prioridade. Há uma reflexão em curso sobre o que é essencial. Estou absolutamente convencido de que, em termos econômicos, a gente tem que ir para uma renda básica de cidadania, pois isso simplesmente funciona."

Segundo ele, já ficou claro, para muitas instituições conservadoras, que sempre avaliaram como 'excêntricos' programas de renda básica, como o Financial Times, que o caminho é garantir renda básica a todos e, por sua vez, tributar os mais ricos. Esse tema está na pauta do PSB e ganha relevância com a realidade atual.

Não se trata de colocar a privatização do lado da direita e a estatização à esquerda.

Mas é preciso pensar no que funciona melhor nas mãos do Estado, inclusive financeiramente. No caso de bens de consumo (bicicleta, camiseta, etc.), é excelente que as empresas produzam isso. Já quando falamos de saúde, educação, cultura e lazer, nas mãos privadas, transformam-se numa indústria da doença ou indústria do diploma. Quando se privatiza a segurança e coisas do gênero, elas transformam-se em milícia, como sabemos". Pois isso tudo não deve ser visto como lucro, ou gasto, mas como investimentos, como admitiu recentemente o Financial Times, que representa instituições conservadoras. Até elas admitem isso.

Só para se ter uma ordem de grandeza do quanto o sistema repassa aos bancos, um dado do Tesouro, do ano passado: R\$ 310 bilhões foram destinados aos grandes aplicadores financeiros. O equivalente a dez vezes o valor destinado ao Bolsa Família. "Há um profundo desequilíbrio aí, segundo comprovam vários indicadores, inclusive os cálculos que fiz para outros países, contratado por agências da Organização das Nações Unidas (ONU)". O sistema financeiro brasileiro está sugando de maneira improdutiva em torno de 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, não se trata apenas de resolver o problema do Coronavírus, mas de repensar como organizamos os recursos e voltarmos a um sistema democrático, que tenha bom senso nas suas decisões.

O Canadá tem uma saúde de alto nível. O custo por pessoa por ano é de US\$ 4.400. Nos Estados Unidos, com um sistema em grande parte privatizado e que está entre os últimos em qualidade Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o custo anual por pessoa é de US\$ 10.400. Assegurar saúde pública para todos é mais eficiente e barato, pois quando todos têm bom tratamento, menos pessoas ficam doentes e contaminam as outras.

A doutora Esther Dweck concorda e reforça o quanto se faz necessário, hoje, no Brasil, lembrar o que deveria ser óbvio: Não há antagonis-

## “Não existe isso de ‘escolher’ entre saúde ou economia. A medida mais importante é o isolamento social”


mo entre saúde e economia. “Ao contrário da maior parte do mundo, esta é uma questão relevante de debate, aqui no Brasil. Não existe isso de ‘escolher’ entre saúde ou economia. A medida mais importante é o isolamento social. É o que efetivamente ajuda no combate à pandemia, ou pelo menos a desacelerar o avanço dela, a ponto de evitar um colapso no sistema de saúde. Assim, com o alto grau de desigualdade no Brasil, uma imensa parte da população vivendo em condições de pobreza, torna-se ainda mais relevante uma política compensatória de renda, como recomenda a OMS. Para evitarmos o colapso tanto do sistema de saúde quanto da economia.”

Muitos desconhecem que o PIB, principal indicador utilizado no Brasil, não é o ideal para medir de fato uma economia, pois é basicamente o indicador de produção econômica. No caso, com grande parte da produção reduzida, não significa que a renda das pessoas deveria também ser reduzida. É preciso compreender que são dois fatores distintos: A queda na produção e o impacto econômico para várias pessoas.

E cabe ao governo, justamente, evitar que o impacto seja forte para tantas pessoas. Para evitar um colapso no sistema de saúde, para evitar um colapso social e para evitar que a crise econômica se estenda por um período muito além da pandemia. Quanto mais rápido a garantia dessas políticas, menor o impacto.

O primeiro ponto a ser garantido – renda para as famílias – infelizmente, está muito lento, no Brasil. A regulamentação e a garantia de cumprimento do próprio auxílio emergencial foi e estão sendo muito lentas.

Com isso, várias empresas começaram a



demitir. E o acordo feito com as empresas impõe um limite muito baixo no sentido de garantir o recurso e, mais do que isso, a empresa não tem obrigação de manter os seus empregados. Não há garantia de não demissão.

É preciso socorrer também as empresas. Para que aguentem, precisam de políticas de garantias de redução de custo, sobretudo de impostos, mas também algum tipo de crédito que lhes permitam fazer frente à imensa redução de fluxo de caixa. Porque, quanto menos empresas fecharem, mais fácil a retomada depois.

Quanto ao recente debate na Câmara dos Deputados, sobre o auxílio aos estados e municípios, a Doutora Esther lamenta a falta de adesão do Governo Federal. “Deixou a bola para as outras instâncias, embora tenha muita capacidade em obter recursos neste momento: O Governo Federal emite dívida na moeda que ele troca, o real; o Banco Central brasileiro é, no fundo, quem controla a moeda e, portanto, o Governo Federal tem uma capacidade muito superior aos outros; na verdade, tem capacidade de levantar recursos. Coisa que os estados e municípios não têm.”

Como não podem emitir dívidas por conta própria, estados e municípios não têm condições de obter dinheiro. “Então, eles terão de reduzir impostos, por conta própria: [Imposto Predial e Territorial Urbano] IPTU, [Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores] IPVA e outros, além de taxas e tarifas, como contas de luz, etc. Sem contar a própria queda na economia, com a redução da produção e do poder de compra da população. O ICMS vai cair muito fortemente, assim como outros impostos arrecadados”, explica.

Quanto à saúde, em específico, precisa de muitos mais recursos, de forma ainda mais rápida. E, mesmo quando há recursos, vemos a

dificuldade de acesso a máscaras e tantos outros equipamentos de proteção, como os ventiladores.

A produção de equipamentos próprios é outro aspecto que cabe ao Governo Federal organizar, concentrando esforços em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

“Além das empresas, famílias, dos Estados e Municípios, da garantia de recursos e a própria produção industrial, tem também o sistema financeiro. Um sistema financeiro muito desregulado e com sérios problemas, mas, neste momento, é ainda mais grave para a população que ele quebre. É preciso, sim, pensar em regulação, mas no momento atual também não dá para deixar o sistema financeiro quebrar”, afirmou a Doutora em Economia.

Graves problemas que convergem a um único ponto: inversão de prioridades. O Banco Central atuou muito rapidamente na salvaguarda ao sistema financeiro, mas todos os outros aspectos citados aqui estão sendo negligenciados. Isso, sim, pode se transformar num problema econômico ainda mais grave do que a própria pandemia. Assim, sobram duas opções catastróficas: ou se afrouxa o confinamento de forma abrupta, gerando um caos social e, na sequência, um caos econômico, ou se faz uma abertura “mais ou menos”, o que também não permite um bom resultado.

Não é a economia que deve nortear o fim do isolamento social, mas sim os indicadores da OMS.

Também se espera que a crise atual nos leve a refletir e agir na profunda melhora que um isolamento apenas parcial trouxe ao meio ambiente. Da poluição, que se reduziu, na China, aos golfinhos, que voltaram, em Veneza, na Itália, que sirva para que todos repensem o padrão de desenvolvimento.

Outro ponto fundamental é a urgência em

**“O Brasil tinha políticas de transferência de renda, tinha o SUS mais forte e um sistema de educação pública. Tudo precisava ainda melhorar em qualidade, mas, hoje, em vez de reforçado, tudo isso está sendo destruído”**

ampliar a regulação do sistema financeiro. O que ocorreu com o preço do petróleo, por exemplo: queda do valor do produto como jamais visto, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi um setor bastante afetado pela crise e agravado pela especulação financeira. Fica evidente a necessidade de repensar o atual padrão de desenvolvimento.

As pessoas voltaram a perceber a importância de um Estado, mas não é um Estado que só garante uma parte da população, um Estado que de fato proteja toda a população, prevenindo, inclusive, ampla redistribuição de renda.

Segundo a Economista, enfrentamos múltiplas crises. A questão econômica se agrava quando combinadas a ela, se tem as crises política, institucional e sanitária. No caso específico do Brasil, é importante lembrar que o país já vinha de uma situação econômica muito negativa, causada, entre outras coisas, por uma crise política institucional. “Já tínhamos uma situação de baixíssimo crescimento econômico. Viemos de dois anos de queda, 2015 e 2016. Depois, três anos consecutivos crescendo a 1%, um crescimento muito baixo”, explicou. Tudo foi agravado por uma crise política e, principalmente, por causa de uma disputa pelo projeto de país. O padrão anterior tinha como base um estado de bem-estar e isso mudou.

O Brasil tinha políticas de transferência de renda, tinha o SUS mais forte e um sistema de educação pública. Tudo precisava ainda

melhorar em qualidade, mas, hoje, em vez de reforçado, tudo isso está sendo destruído. Inclusive a própria capacidade de produção industrial brasileira.

Atualmente, quando o Governo propõe algum tipo de acordo ou política de compensação aos trabalhadores formais, já não passa por sindicatos. “O Brasil enfrentou uma reforma trabalhista draconiana e tivemos uma emenda constitucional que impôs uma série de cortes nas despesas públicas no Brasil, principalmente na área social.”

É importante entender que todas essas medidas que estão na esfera aparentemente política vão ter consequências econômicas e tendem a agravar as crises econômica, social e de saúde.

Complementando o argumento da Doutora Esther, o Professor Ladislau lembrou o exato momento em que o sistema econômico deu uma guinada para trás: “Estava funcionando até 2012/2013, quando Dilma começou a sofrer um ataque político mais violento, porque tentou reduzir as taxas de juros, que, na verdade, eram um sistema de agiotagem e estava estrangulando as pessoas. Nesse momento, o endividamento médio do brasileiro passou de 18% para 46% de sua renda. Enforcou a população. Hoje, 64 milhões de adultos estão negativados, ou seja, em bancarrota pessoal. Se acrescentar as crianças, falamos de 40% da população brasileira. Travou-se a demanda. Quando você trava a demanda, as empresas não têm para quem vender”, resumiu.

Para fazer a economia funcionar, lembra Ladislau, o empresário que produz não precisa de um discurso neoliberal, precisa de demanda para ter a quem vender seus produtos, precisa de juros viáveis para conseguir investir. “Os juros para a pequena e média empresa são, segundo os dados de março da [Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade] Anefac, de 45% ao ano. Que tipo de lucro você tem que

“No Brasil, temos juros da ordem de 130% no cheque especial. Rotativo, no cartão, são 260%. Em diálogo sobre o tema, com economistas de outros países, preciso mostrar a eles os números dos bancos, para que acreditem. E sempre me perguntam: como a população aceita?”

ter de produtividade para conseguir pagar 45% ao ano?”

Os juros para pessoas físicas, nos bancos, são ainda mais agressivos. O custo total, de fato, é de 96%. Na Europa, estão em torno de 3% ao ano. “Portanto, na realidade, temos uma extração de dinheiro das famílias e das empresas, o que reduziu a dinâmica econômica em geral: Você reduz o fluxo de imposto sobre consumo para o Estado, reduz a atividade empresarial, reduz outros impostos. E curioso é que um dos argumentos contra o Governo Dilma era o déficit do Governo, mas, na realidade, esse déficit passou a se avolumar de fato a partir de 2014, com esta cadeia de fatores.”

Ladislau refere-se ao aumento do déficit no Brasil: Em 2013, o resultado nominal do Governo era de R\$ 110 bilhões. Já em 2014, subiu para R\$ 271 bilhões. Em 2015, quase dobrou, saltando para R\$ 513 bilhões. E assim gradativamente. Ou seja, foi nesse momento que o Governo de fato quebrou o sistema. Porque travou a demanda das famílias, o que travou a atividade das empresas. E, com o aumento do desemprego de cerca de 5% para 12%, houve uma redução de impostos e das receitas. O Estado aumentou o déficit e o Brasil quebrou.

O Professor Ladislau denuncia: “Isso é

agiotagem! No Brasil, temos juros da ordem de 130% no cheque especial. Rotativo, no cartão, são 260%. Em diálogo sobre o tema, com economistas de outros países, preciso mostrar a eles os números dos bancos, para que acreditem. E sempre me perguntam: como a população aceita?”

O Governo Bolsonaro é realmente fraco, mas os banqueiros, o sistema financeiro que o protege, são muito fortes. “Eles estão fazendo a festa”, disse o economista. De 2018 para 2019, os 200 bilionários do Brasil, ou seja, os brasileiros realmente ricos, aumentaram a renda das famílias, os bilhões das famílias, em 23%, com a economia parada. “Ou seja, há um processo de extração de quebra através do sistema financeiro.”

Para Ladislau, é irreparável o fato de o Estado, em meio à pandemia, socorrer primeiro os bancos que, justamente, não necessitam de socorro. Como primeira e única ação efetiva, o Governo criou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para repassar recursos da ordem de R\$ 500 bilhões aos bancos, para que ‘ajudem’ a economia. “Os bancos não ajudam a economia, eles aumentam o bônus, ou seja, aumentam os dividendos”, esclareceu o Professor.

Em 2016, com a criação da PEC do Teto (ou PEC da Maldade, como ficou conhecida), o Governo achatou os investimentos dos estados. De lá para cá, o SUS já perdeu R\$ 20 bilhões e a previsão é de que, nos próximos 16 anos, perca cerca de R\$ 300 bilhões.

Autora do livro “Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil”, que se dedica a analisar medidas da Emenda Constitucional 95 (a PEC do Teto), a Professora Esther tratou do tema: “Na época, se falou em congelamento de gastos, o que não é verdade. E se a população vai continuar crescendo, o gasto vai ser o mesmo de 2016? Daqui há 20 anos, mesmo que a população cresça apenas 1% ao ano, teremos quase 20% de gastos a mais. Na saúde, onde temos inclusive a redução do envelhecimento da população, já temos um

grande impacto e ele será ainda maior”.

A área de ciência e tecnologia, por exemplo, que está ligada às universidades e a todo um conjunto de fatores de desenvolvimento, foi uma área bastante afetada, e impacta diretamente no enfrentamento à pandemia. Perdeu-se nessa área, cerca de 40%. A cultura quase zerou. A educação perdeu muito, também. Os investimentos em infraestrutura saíram de R\$ 74 bilhões, em 2014, para R\$ 20 bilhões. “Essa emenda destruiu a capacidade de o Estado fazer frente às demandas da população. Sua revogação é urgente e fundamental. A Ministra Rosa Weber – que analisa uma ação para tornar a emenda inconstitucional – finalmente, por causa da pandemia, resolveu questionar o Governo sobre os seus impactos. Mas ela perguntou muito focada na área da saúde. E não apenas a saúde perdeu; toda a área social de prestação de serviços públicos está perdendo fortemente”.

Tudo indica que, neste ano, o Governo não vá cumprir o teto, então poderá gastar muito além do que estava previsto inicialmente no orçamento. A própria área de saúde terá um aumento considerável no seu orçamento, este ano. No dia 15 de abril, o Governo enviou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021. E deixou claro que ano que vem voltará a cumprir o teto. O que significa mais cortes, no ano seguinte a este ano de profunda crise. “Ou seja, algo socialmente criminoso, sobretudo nesses tempos de pandemia”.

A própria competitividade internacional do Brasil está se comprometendo. Sem investimentos em portos, em rodovias; sem investimentos na logística para produção, o Brasil vem perdendo, a cada ano.

A participação da indústria no PIB brasileiro (medida de 1947 até 2018), chegou a 11,3%, o menor percentual de toda uma longa trajetória. Entre 2003 e 2013, a melhor década que o país já teve do ponto de vista dos desenvolvimentos econômico e social, aliados à indústria brasileira, saltou de 16% para 24%.

## “Quem quebrou nossa economia está, hoje, no poder. A partir de 2014, o Brasil deixou de ser de fato governado”

A desindustrialização do Brasil tem condenado a nação e o PSB vem debatendo isso, inclusive em edições anteriores do Pense Brasil. A falta de equipamentos para o combate ao novo Coronavírus evidenciou essa realidade.

Atualmente, temos apenas 33 milhões de brasileiros formalmente empregados, com carteira assinada, o correspondente a apenas 31% da força de trabalho, que é de 105 milhões de pessoas. Atualmente, são 13 milhões de desempregados e ao menos 40 milhões de pessoas “se virando” na informalidade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não é por acaso que a década de 2003 a 2013 (governos Lula e Dilma), é considerada pelo Banco Mundial (instituição financeira conservadora) como The Golden Decade of Brazil/A década dourada do Brasil. Nesse período, dinamizou-se a capacidade de compra das famílias, o salário mínimo, o programa Bolsa Família, etc. Com isso, incentivou-se a empresa, o desemprego foi reduzido, o que gerou mais recursos para o Estado. Não houve quebra de sistema financeiro, na fase Lula e Dilma. “Isso é fato científico e é essencial que se entenda. Quem quebrou nossa economia está, hoje, no poder. A partir de 2014, o Brasil deixou de ser de fato governado”, reitera a Professora Esther.

De volta ao Economista Ladislau, ele observou que o problema do Brasil não é criticar os impostos, mas pensar porque os ricos não pagam impostos, porque o pobre paga mais imposto e o dinheiro que o pobre paga no imposto vai justamente para os ricos, por

meio da evasão fiscal, de um lado, ou da transferência sobre juros da dívida pública, de outro.

As empresas, no Brasil, não só diminuíram de número, mas estão trabalhando a menos de 70% da capacidade. Isso devido ao teto de gastos, da previdência, da quebra dos direitos sociais, a carteira verde e amarela, tudo isso reduz a capacidade de compra da população. Ainda por cima vem o vírus.

Na essência, concluiu Ladislau, “somos o segundo país com a maior concentração de renda do mundo, segundo relatório da ONU. O primeiro é o Catar, que é praticamente propriedade de uma família”. Quanto ao Brasil, a população 1% mais rica tem a mesma riqueza que está concentrada nas mãos de 28%. Seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio de 100 milhões dos mais pobres e os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%.

Além do imposto sobre lucros e dividendos, que é essencial voltar, no Brasil, mais do que o imposto sobre grandes fortunas, que é sobre um estoque, é importante taxar o imposto sobre herança. Pois, na passagem da herança de uma geração para outra, vai-se reproduzindo essa brutal desigualdade de riquezas no Brasil. “O imposto sobre herança, algo próximo do padrão americano, por exemplo, seria essencial para nós”, sentencia o economista.

Outro ponto da distribuição é o serviço público, que é a renda indireta que o Governo dá. “Se combinarmos tributação, acesso a serviço de qualidade e uma estrutura de emprego melhor, realmente mudamos a realidade do Brasil. Mas para isso é preciso um novo padrão de desenvolvimento”, conclui.





## Desigualdades e pandemia: o que a doença revela sobre as estruturas sociais brasileiras

**Aldaíza Sposati**

Doutora em Serviço Social,  
Professora titular UC

**Jailson de Souza e Silva**

Doutor em Sociologia da Educação,  
Fundador do Observatório de Favelas

**Ricardo Coutinho**

Presidente da FJM  
Mediador

“Lavem suas mãos”; “usem álcool gel”; “fiquem em casa”. Essas e outras recomendações básicas, ações simples, porém eficazes para conter a proliferação de um vírus agressivo, escancaram uma chaga nacional: Cerca de 50% da população brasileira está impedida de se proteger porque vive abaixo da linha da miséria, sem água para sequer lavar as mãos e, muitas vezes, sem casa para se isolar. “São pessoas invisíveis quanto a seus direitos, invisíveis para as atenções do Estado. Precisou o Coronavírus vir para dar visibilidade a elas”, disse a Professora Aldaíza Sposati, logo no início de sua fala como debatedora do 4º Pense Brasil Virtual.

Aldaíza é Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Professora Titular da mesma PUC, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (Nep-sas) e coordenadora do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (Cedest). Foi Secretária das Administrações Regionais em 1989/90, Secretária de Assistência Social na cidade de São Paulo, de 2002 a 2004, e Vereadora da capital paulista por três mandatos consecutivos.

Autora de um estudo que mapeia as estruturas sociais brasileiras e é referência em meios acadêmicos internacionais, Aldaíza levou ao encontro virtual importantes reflexões sobre a dificuldade de se enfrentar uma pandemia num país de imensa desigualdade social, como o Brasil: Mesmo que houvesse uma política de isolamento total, cumpri-la seria impossível para a maior parte dos brasileiros, reflete Aldaíza, que, além de privada de condições sanitárias e moradia ideais, sobrevive da oferta de trabalho ou da prestação de serviços que exigem aglomerações em espaços públicos.

Nesse grupo, estão os informais e os Microempreendedores Individuais (MEIs), categoria que se avolumou recentemente, com a reforma da Previdência: “Muitos traba-

## “As formas mais eficientes de proteção são inacessíveis à metade da população. O que configura um genocídio”

lhadores foram transformados em MEIs e passaram a ter o mesmo padrão, porém um padrão que não mais se responsabiliza pelo trabalho e pela proteção do trabalhador. Agora, com o isolamento, essas pessoas não podem trabalhar. São classificados como microempresários, mas, na verdade, não têm mais um local de trabalho nem a possibilidade de trabalhar. Por sua vez, também não contam mais com cobertura da Previdência Social”.

E o isolamento (mesmo que parcial) acaba restringindo também as formas de sobrevivência básica de pessoas que já viviam na precariedade. “Esse é um efeito também da PEC da Morte, ou seja, antes da ameaça do vírus, a [Proposta de Emenda à Constituição] PEC já havia desconstruído políticas sociais e retirado recursos da saúde e da assistência social e, conseqüentemente, a proteção social.”

Aldaíza lembra que a urbanização em áreas mais pobres é criada ou melhorada pelos próprios moradores, por meio dos espaços públicos de trabalho e áreas de lazer improvisadas. Diferentemente das áreas mais urbanizadas, com praças e outros recursos públicos organizados. “Essa pandemia evidencia tudo isso, nos coloca face a face com a ausência do reconhecimento social de parte significativa da população. Temos 46 milhões de pessoas recorrendo ao auxílio emergencial de R\$ 600. São cerca de 14 milhões de famílias. Se incluirmos as pessoas que estão ganhando a vida nas ruas (os informais e os MEIs), chegamos a cerca de 100 milhões, perto de metade da população. A maioria, negra – seja parda ou preta”, lembra.

Após dar visibilidade a esse fato, ressalta a importância de traçar e cobrar estratégias para a pós-pandemia, para que de fato direitos sociais possam ser firmados, com outro padrão (mais adequado) de universalização. As formas mais eficientes de proteção são inacessíveis à metade da população. O que configura um genocídio.

O presidente da Fundação João Mangabeira e mediador do Pense Brasil Virtual, Ricardo Coutinho, reforçou o argumento da professora, refletindo sobre o fato de que 100 anos se passaram entre a gripe espanhola e a Covid-19. Mas, apesar de tanto avanço tecnológico, desde então, a abordagem ante uma pandemia é a mesma: Ficar dentro de casa para fugir do contágio, usar máscara e se higienizar. “O homem chegou à lua, fez outras coisas incríveis e agora é vencido por um vírus. E se não fosse o esforço da China em detectar geneticamente o Coronavírus, em apenas três semanas, talvez sucumbíssemos totalmente a ele.”

Jailson de Sousa, o segundo debatedor do Pense Brasil Virtual, Doutor em Sociologia da Educação pela PUC do Rio de Janeiro e Pós-doutor pela John Jay Collegy of Criminal Justice, da Universidade da Cidade de Nova Iorque, foi Secretário de Educação de Nova Iguaçu e Subsecretário Executivo da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, no Rio. Ele situou sua intervenção, antes

mesmo de ocupar o merecido lugar que lhe cabe na academia, como filho de imigrantes nordestinos nascido na periferia do Rio de Janeiro: “Nasci e cresci na favela, tenho toda a minha vida vinculada à favela, sou um favelado com muito orgulho. Só de Maré, são 30 anos de vivência e é lá que funciona minha organização”, afirmou ele, referindo-se ao Instituto Maria e João Aleixo, que forma especialistas em estudos da periferia. “O objetivo é formar novas lideranças periféricas”, resumiu o acadêmico, que também é fundador de outra importante entidade: o Observatório de Favelas.

Para ele, é fundamental, ao tratar de desigualdade social e novas agendas para a metade invisível da população, pensarmos a partir da questão racial. “E foi como representante do povo negro, como periférico, ser favelado e negro, que construí todas as minhas referências teóricas. O Estado brasileiro teve dois papéis históricos fundamentais para a formação da desigualdade; o primeiro, foi o controle dos corpos, principalmente os corpos negros, os corpos escravos, principalmente os mais pobres; de variadas formas. E, em segundo lugar, estão as estruturas social e econômicas que permitem, de maneira sistemática, regular e continuada transferência da riqueza do país para uma pequena minoria. Uma minoria muito demarcada: homens brancos, ricos, ou de origem rica e heteronormativos.

**“Temos um patrimonialismo institucional, ou seja, um processo sistemático, regular, de transferência da riqueza para um mesmo grupo social específico, usando fórmulas básicas”**

“Temos um Estado incapaz de cumprir seu papel básico de prover direitos à maioria da população. Esse Estado se estrutura justamente a partir da desigualdade, a partir dos capitais diferenciados das pessoas: econômico, social, simbólico e cultural.” Tudo isso, explica ele, é fruto de três elementos fundamentais à sua reprodução.

O primeiro é o machismo. “Sabemos como as mulheres têm muito menos acesso à renda e ao poder.” O segundo, o racismo. “Não um racismo qualquer, mas um racismo institucional, que faz com que nós negros tenhamos tido oportunidades muito raras de chegar a determinadas posições. Historicamente, não tivemos acesso algum. E existe uma reprodução sistemática, regular, dessa estrutura racista, que se expressa com a imensa presença da gente nos cemitérios, nos orfanatos, nas prisões e muito pouco nos amplos espaços de poder que existem neste país.”

Já o terceiro elemento fundamental de estruturação e reprodução da desigualdade, Jailson nomeia de patrimonialismo institucional. “Há um velho patrimonialismo, que era marcado pelo fisiologismo, pelo clientelismo, pelo nepotismo, coisa que nós estamos vendo aí, tristemente, esse presidente atual expressar, mas nós temos mais do que isso. Temos um patrimonialismo institucional, ou seja, um processo sistemático, regular, de transferência

da riqueza para um mesmo grupo social específico, usando fórmulas básicas.”

Entre elas, está o processo de alocação de equipamentos e serviços nas cidades, que privilegia as áreas mais ricas. Equipamentos culturais, de saúde, lazer, equipamentos educacionais, universitários, de infraestrutura, etc. “Recentemente, no Rio de Janeiro, acabamos de assistir à inauguração, por exemplo, de um metrô para a Barra da Tijuca, com custos de R\$ 10 bilhões. Já no Complexo do Alemão inteiro, houve uma intervenção sem que a comunidade fosse ouvida e com gastos totais de apenas R\$ 1 bilhão: em vez de investir em saneamento, demanda de 70% do Alemão, gastaram, por exemplo, R\$ 300 milhões do montante num teleférico, obra que inclusive foi paralisada dois anos depois.”

Há, ainda, a política tributária. “Há décadas, falamos em política tributária e na reforma tributária e nenhum governo, nem mesmo os do [Partido dos Trabalhadores] PT, iniciaram esse processo. Sabemos que 70% dos impostos são pagos principalmente pelos mais pobres, pelos trabalhadores. E que os ricos não contribuem. Nunca se fez uma política de crédito que deixasse de privilegiar a [Cervejaria] Ambev, a JBS, e favorecesse os empresários negros, o pequeno empresariado das favelas e periferias. Temos uma política de créditos profundamente racista e conservadora. E temos uma política de juros perversa, que, em nome de combater a inflação, transfere centenas de bilhões de reais aos rentistas e, em nome de combater a inflação, deixa de garantir outras políticas fundamentais.”

O que é ainda mais sério, é a ideologia meritocrática. Em nome da falácia da meritocracia, grupos sociais específicos, homens brancos normalmente, ocupam os altos cargos do Estado, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. “Não é por acaso que temos procuradores e juizes brancos, ricos ou de classe média, colocando na cadeia 700 mil jovens negros das

periferias e favelas. Chegamos ao recorde de 62 mil mortes, a maioria jovens negros das periferias, um verdadeiro genocídio com o qual ninguém se preocupa”, comenta Jailson.

Quanto à reforma tributária, a Professora Aldaiza afirmou que uma das claras desigualdades geradas pelo sistema atual é a prática da isenção como um alívio realmente do imposto. “Para cada criança e adolescente, esse desconto significa mensalmente cerca de R\$ 180,00. Algo similar para os idosos. Para quem tem mais dinheiro, esse desconto é refresco, mas para quem vive com um desconcertante salário mínimo, é fundamental. Já acabaram com o Bolsa Família de muitos, que era de cerca de R\$ 30,00 por criança”, disse a Assistente Social.

Outra importante reflexão apresentada por Jailson diz respeito à representação da periferia para o restante da sociedade: Quando pensam em favela, pensam em falta de água, luz, esgoto, ou seja, na carência e precariedade. Mas o Especialista propõe um outro olhar, sobretudo nesse momento de pandemia: “Que tal pensar a partir do que chamamos de paradigma da potência, ou seja, pensar não apenas nas necessidades da favela, mas em suas construções, suas intenções, articulações? Em sua capacidade de construir meios possíveis de habitar a cidade, contra o Estado e contra o mercado?”. Ali, estão milhões de trabalhadores, milhões de negros, brancos, índios, que tomaram a cidade para si e inventam novas formas de viver essa cidade. Isso é chamado de pedagogia da convivência.

Na imensa recessão econômica que o Brasil mergulhará após a pandemia, certamente teremos muitos dos elementos de reconstrução da economia nas favelas e periferias. “Isso passa pelo reconhecimento do que os grupos formais perderam, há muito tempo, a capacidade de conviver, de ser solidário, de

## “É nessa conjunção que a gente tem que avançar”

encontrar soluções coletivas; a capacidade de trabalhar juntos e a capacidade de operar, então, noutras possibilidades de se pensar a realidade.”

O grande desafio é o que vem depois. É fundamental a construção de uma nova agenda, concorda Coutinho: “É fundamental colocar direitos sociais não como produto de caridade, mas como questão eminente de direitos humanos”.

Jailson acrescenta que existe na favela uma potência criativa, inventiva e solidária que termina aparecendo agora. “O que faltam, quase sempre, são os meios. Por isso, é fundamental a articulação entre os meios que, muitas vezes, os partidos políticos têm, que as classes médias têm, a partir de seu capital social e econômico. A rede da Maré, por exemplo, conseguiu mais de 300 toneladas de alimentos para mais de 7 mil famílias. Tudo a partir de uma ampla articulação, e isso, é importante dizer, não vem apenas da favela, mas se articula com outros atores, de outros espaços, de territórios e grupos sociais. É nessa conjunção que a gente tem que avançar.”

Então, o grande aprendizado com essa experiência que se faz nas favelas é a necessidade, primeira, das demandas dos mais vulneráveis, principalmente das mulheres, crianças e dos idosos, mas também de uma articulação que atravessa os territórios periféricos e a cidade. Essa experiência de autogestão não está sendo feita apenas a partir de um olhar de isolamento, mas a partir da experiência de articulação, cooperação e solidariedade.

“Levando em conta essas experiências históricas de construção que geraram as favelas, elas são obras históricas dos seus sujeitos, dos seus moradores. Eles que enfrentaram o

Estado e o mercado para firmar aquele lugar. Lutaram contra a remoção, lutaram pelos direitos fundamentais em relação a equipamentos, serviços, e continuam lutando até hoje por outros direitos.”

“É um raciocínio perfeito”, concordou Aldaiza. “Se não for assim, não estamos trabalhando com cidadania, seria o contrário. Não são pessoas vulneráveis, mas pessoas que foram vulnerabilizadas. Não são os pobrezinhos, os coitadinhos, são cidadãos a quem foi negada atenção. Por isso, é corretíssimo: Vamos mudar esse polo de carência para potência. Mas essa potência não pode ser a que o neoliberalismo espera, que é a criação de um Estado mínimo. Esse tem efetivamente que responder e implantar um conjunto de condições.”

O pós-pandemia tem tudo para ser uma demonstração do fracasso do neoliberalismo, acreditam os debatedores.

Para Coutinho, existe a percepção real nas periferias de que o poder público é muito distante e, muitas vezes, um inimigo. As pessoas têm de se virar e assim surge a pedagogia da convivência. A ajuda mútua, a solidariedade, neste momento de Covid-19, é visível na periferia. “Existe uma lógica muito fraterna dentro das comunidades carentes. Em meio à violência extrema e de tantas carências, as pessoas se unem, se ajudam, têm esperanças e constroem um mundo melhor.”

Segundo Jailson, a primeira coisa que se aprende na favela é ter autoestima muito baixa. Os indivíduos são impelidos a sentir vergonha da sua cor, a ter vergonha de estudar na escola pública, de morar num lugar estigmatizado, vergonha do trabalho manual dos seus pais, vergonha de sua origem.

“Efetivamente, conquistar o direito a ser reconhecido como sujeito e com dignidade, cidadão da urbe, da cidade, é fundamental. Veja o que a meritocracia faz: Fui o primeiro membro da minha família a chegar à universidade. Uma família de mais de 323 filhos, netos,

bisnetos, da minha avó Doroteia e da minha outra avó, empregada doméstica, negra e mãe solteira. É falso e perverso me apontarem como prova viva da potência do indivíduo.”

Ele alerta que a mulher negra favelada é atingida por todas as desigualdades que o Estado e o mercado reproduzem. Por isso, é primordial fortalecê-la, em primeiro lugar.

Quanto ao Sistema Único da Saúde (SUS), Aldaiza afirma que o Brasil não tem um Estado empenhado na redistribuição de renda. “Claro que a redistribuição significa mais recursos, mais respostas às necessidades da população.” Para ela, a pandemia evidenciou a importância de termos um sistema universal de saúde. E como faz falta também uma cobertura mais ampla, que deveria ser reforçada devido à pandemia e em função das próprias perdas recentes, sofridas com a PEC da Morte. “Veja que falta faz um sistema universal de saúde nos Estados Unidos, por exemplo: Agora, na pandemia, muitos ficaram desempregados e perderam o seguro-saúde, que lá é associado ao trabalho. Consequentemente, ficaram sem renda e sem acesso à saúde.”

Coutinho alertou para o fato de o SUS sofrer, nesse momento, seu mais duro golpe. Além da queda de repasse, teve o fim do programa Mais Médicos, decretado pelo governo Bolsonaro. “Uma perda incalculável para as periferias e para mais de 700 municípios brasileiros que nunca antes tinham tido um médico. Ele ainda acabou com a Farmácia Básica, mudou a forma de financiamento, a atenção que merece a saúde, ou seja, uma imensa ofensiva de desestruturação do SUS.”

Segundo Aldaiza, o Governo Federal deixou de manter uma efetiva coordenação do SUS. “Se observarem, notarão que nenhuma autoridade hoje fala do sistema único. O Ministro Onix, que na realidade é quem controla a Secretaria Nacional de Assistência Social, em nenhum momento associa o benefício ao SUS. O benefício nasce de uma energia geradora espontânea



do presidente, segundo a imagem que pretendem passar. Ele não coloca isso dentro de um sistema que já existe e tem legislações para tanto. Chama de benefício eventual, recurso destinado para pandemias e desastres, como o que recebeu a cidade de Mariana, em Minas Gerais. Então, temos uma fuga do Governo Federal em constatar realmente esse sistema único.”

Outro grande absurdo, diz Aldaiza, foi o governo federal desprezar, nesse momento, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), concentrando a distribuição dos poucos recursos que disponibilizou, em vez de descentralizar, por meio dos mais de 8.500 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) espalhados pelo País. Fica claro que o governo não quer que a população tenha a percepção de que esses recursos são cancelados por um conjunto do Estado e pelos prefeitos, então, concentrou a distribuição num sistema bancário limitado e danoso à população.

“Até nisso existe uma estratégia de parecer que o governo está à frente de um apoio direto à população. E não é só. Prolongar o tempo, criar dificuldade, estender em parcelas, tudo isso é calculado. E depois chamar de renda básica emergencial, pois esse ‘emergencial’ deixa solto no ar por quanto tempo será considerada emergência.”

Há um déficit de recursos considerável, na

transferência federal para os municípios. Sobretudo no caso dos municípios pequenos, que representam cerca de 60% do montante. Todas essas unidades (o SUS, os Cras, os [Centros de Referência Especializado de Assistência Social] Creas) estão com um déficit de recursos humanos considerável. Não houve reposição de servidores nem transferência de recursos. “Há um esgarçamento desse sistema muito grande.”

Para Jailson, a política é importante demais para ficar exclusivamente nas mãos dos partidos políticos. “As políticas públicas precisam ser construídas cada vez mais em mobilização com a sociedade civil e cada vez mais prestando atenção nas periferias e favelas, a partir do que elas podem contribuir de fato. Sobretudo nesse momento, pensando no pós-Covid, é fundamental romper com a velha e tradicional lógica de escutar a população, sem efetivamente ouvi-la.”

Outra questão crucial apresentada pelo Professor Jailson é que o campo democrático tradicionalmente ignora a disputa simbólica. As demandas das populações das favelas e periferias não são apenas materiais, mas também demandas por respeito, por reconhecimento, por escuta, por percepção das suas próprias dimensões e construções. “Precisamos ter um programa de renda universal.”

Coutinho acredita que temos caminhos,

agora, para pensar na política tributária, na política de juros, de crédito, na inversão de prioridades em relação a políticas urbanas, a questões como drogas, encarceramento da população negra, saneamento e política habitacional. “O problema é que nossa posição, enquanto partidos políticos de esquerda, historicamente também é a mesma da elite, no sentido de que não conseguimos ter um candidato negro na imensa maioria. Nós não teremos de novo, nas principais prefeituras das capitais do país, candidaturas negras disputando o Executivo. Não temos representação negra no parlamento, não temos representação negra no Judiciário, não temos representação negra nos principais partidos democratas deste país. É urgente tratar da representação feminina, da representação negra, da representação das periferias na construção desse programa. O PSB denuncia o genocídio negro há décadas e ele não entrou de fato na pauta dos governos petistas, quando o encarceramento quase que triplicou nessa época, por exemplo.”

Aldaiza ressalta que não crê que o pós-pandemia será um momento de paz. E não somente no Brasil, mas em todo o mundo, que precisará estruturar outra sociedade, mais solidária. “E não dá para crer que aqueles que

já têm a boca torta de tanto usar o cachimbo, mudem milagrosamente. Entendo que teremos confronto. Isso se não tivermos uma redução de democracia ainda maior. Infelizmente, não vejo momentos de paz. Acho que temos que unir forças naqueles pontos que nos são comuns e realmente ir em frente. Assim como agora estejamos talvez mais silenciados dentro de casa, entendo que teremos momentos de confronto em breve, pois não queremos mais que se repita essa situação, que não deixa de ser uma situação realmente de prática de genocídio, gerada pela desigualdade.”

Para Jailson, a esperança que devemos ter, com a pandemia, é de que as pessoas despertem para a importância das forças democráticas, já que a correlação de forças no Brasil pelo menos tende a se alterar um pouco, com a queda de popularidade de Bolsonaro. “Tenho esperança de que a gente aprenda a construir com generosidade, com sabedoria, com uma nova forma de pensar política. Creio que o primeiro passo seja criar uma ampla frente, em defesa de democracia. Por isso, acredito que, mais importante que o *impeachment* do Bolsonaro, é a defesa da democracia contra todos aqueles que atentam contra ela. O neoliberalismo não é apenas o Governo Bolsonaro.”

## Pandemia: presente e futuro da ciência e tecnologia

### **Sérgio Machado Rezende**

Engenheiro Eletrônico e Professor Titular do Departamento de Física da UFPE  
Ex-ministro de Ciência e Tecnologia (2005-2010)

### **Roberto Amaral**

Cientista Político, Jornalista  
Ex-ministro de Ciência e Tecnologia (2003-2004)

### **Ricardo Coutinho**

Presidente da FJM  
Mediador



“No século XIX, haviam poucos cientistas no mundo, principalmente porque não havia um sistema regular de formação de pesquisadores”, elucidou o Ex-ministro de Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende, mencionando alguns exemplos notáveis da época, como os franceses Louis Pasteur e André-Marie Ampère e o britânico Michael Faraday. “Eram pessoas que se tornavam cientistas pelo fato de serem brilhantes, geniais”, acentuou. De fato, a noção de que investimentos em formação científica e pesquisa tecnológica estão atrelados ao desenvolvimento de uma nação só veio surgir mais tarde. Os Estados Unidos foram os primeiros a criar programas de doutorado, intensificando esse processo no século XX, durante sua ascensão como potência mundial.

No Brasil, a ciência demorou a engrenar, como política de Estado, segundo a explicação de Sérgio Rezende. As primeiras pesquisas, no campo da saúde, ocorreram a partir de algumas instituições que congregavam os poucos cientistas brasileiros da época. Por exemplo, o Instituto Soroterápico, criado em 1900, e que deu origem ao que é hoje a Fundação Oswaldo Cruz. Anos mais tarde, nasceriam o Instituto Nacional de Tecnologia e outras entidades de pesquisa na área das ciências agrárias. Mas foi somente em 1951 que foram constituídas as primeiras agências federais de fomento à pesquisa: o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

De início, uma das principais ações dessas agências financiadoras foi a concessão de bolsas para que brasileiros pudessem estudar no exterior. A pós-graduação, no Brasil, só surgiu mesmo em 1960. “Um passo muito importante foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que financiou a abertura de diversos programas de pós-graduação, a começar pelo de Engenharia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro”, destacou Rezende. Posteriormente, o BNDE passou a financiar programas em outras áreas, como física, química, matemática, ciências huma-

nas, sociais e da saúde. Esse movimento ganhou ainda maior dimensão na década de 1970, com a formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que expandiu o sistema de pesquisa brasileiro.

Os anos seguintes foram marcados por altos e baixos, lembrou o Ex-ministro. Até o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, os recursos investidos em ciência foram escassos. Sérgio Rezende atribui essa situação ao pensamento econômico que vigorou na maioria dos governos. “Alguns economistas acreditam que não devemos gastar dinheiro com ciência, que a gente deve comprar tecnologia de fora. A gente não compra tecnologia, a gente compra equipamentos. A tecnologia está na cabeça da gente”, pontua.

Já no ano 2000, o Governo FHC criou diversos fundos setoriais, como o Fundo do Petróleo e o Fundo da Energia, que alocavam recursos no FNDCT para financiamento de pesquisas em suas respectivas áreas. Porém, da mesma forma que foram criados, os fundos também foram contingenciados. Quando eleito, o presidente Lula encontrou um saldo de R\$ 250 milhões no FNDCT, e dobrou o valor, logo no primeiro ano de mandato, executando todo o orçamento até o final do governo.

O debatedor Sérgio Rezende contou também sobre sua experiência no Ministério da Ciência e Tecnologia, durante o Governo Lula. “Fizemos um plano de ação com quatro prioridades claras: apoio à ampla pesquisa em todas as áreas; apoio à inovação tecnológica nas empresas; apoio às ações para o desenvolvimento social; e apoio a áreas estratégicas, como energia, biotecnologia, nanotecnologia, área espacial e área nuclear, entre outras”, afirma. Nesse período, houve, portanto, uma nítida expansão dos institutos de pesquisa, possibilitada pelos recursos maiores, além da criação de 19 novas universidades, pelo Ministério da Educação.

Rezende acredita que o processo de impea-

chment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, que havia minimamente conseguido manter o patamar de investimentos em ciência e tecnologia, foi o ponto crucial para criar a situação em que a área se encontra hoje. “A nossa democracia foi esculhambada”, disse o ex-ministro.

Com a entrada do Governo Temer, os investimentos voltaram a diminuir drasticamente. Em 2018, 42% do orçamento da União foi destinado aos encargos da dívida brasileira, para amortização e pagamento de juros. Enquanto isso, o orçamento da ciência e tecnologia foi menos de 2% dos recursos da União. Para Rezende, isso demonstra que a questão tem mais a ver com falta de prioridade do que de dinheiro.

“Agora, no Governo Bolsonaro, nós temos um verdadeiro desastre”, lamenta. Em julho de 2019, o CNPq anunciou abertamente que não possuiria recursos para pagar, até o final do ano, as 80 mil bolsas de pós-graduação que ele mantém. A situação foi controlada após movimentação do Congresso Nacional, respondendo a um apelo da comunidade científica e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Para o ano atual, o orçamento da Capes, proposto pelo próprio governo, é 50% do que era ano passado.

O ex-ministro ressalta que essa situação tem levado ao que ele chama de uma “evasão de cérebros do Brasil”, por cientistas que vão buscar na Europa melhores condições de pesquisa. “O que estamos vivendo agora, em meio a essa pandemia, é a maior prova de que o Governo Federal, em particular o presidente da República, não se importa com a ciência”, afirma.

Em oposição à inércia do governo, Rezende apontou duas iniciativas que têm contribuído em muito para o desenvolvimento de tecnologia durante o enfrentamento à Covid-19. “Existem, hoje, pelo menos quatro universidades que têm produzido protótipos de ventiladores. Isso é muito importante, pois o custo de um ventilador antes da crise era de US\$ 10 a US\$ 15 mil. Hoje, a China está vendendo por US\$ 40 mil”, colocou. Ainda

## “O Brasil paga por dia útil hoje R\$ 800 milhões de juros. Só que a nossa dívida não é externa, é interna, com o sistema financeiro”

sobre a produção de ventiladores, acredita que essa seria uma solução simples, caso o Governo Federal tivesse uma visão clara do que fazer e não estivesse num processo de desmonte das nossas estatais: “Algumas estatais poderiam fabricar com muita tranquilidade. A [Empresa Brasileira de Aeronáutica] Embraer poderia fazer ventiladores de forma absolutamente trivial”.

Além das universidades, outro agente importante nesse contexto tem sido o Consórcio Nordeste, entidade formada por governadores de diversos estados nordestinos. Eles formaram um comitê científico, composto por nove grupos de trabalho, responsáveis por discutir e elaborar ações para diferentes aspectos da pandemia. “Então tem, por exemplo, um subcomitê de protocolos, outro de epidemiologia, um de virologia, um de pesquisa e desenvolvimento e assim por diante”, explica Rezende. A cada semana, o comitê emite um boletim, após reuniões virtuais dos grupos de trabalho, com recomendações para os governadores.

“Uma recomendação importante que nós fizemos e que os governadores acataram foi a criação da Brigada dos Médicos, formada por profissionais formados no exterior e que estão há dois anos esperando pelo exame de revalidação”, continuou o conferencista. Os integrantes do Consórcio Nordeste, após consultas jurídicas, concluíram que, para revalidar o diploma desses médicos, seria preciso a anuência dos Ministérios da Saúde e Educação. Foi realizada uma solicitação formal às duas pastas, para a qual os governadores ainda aguardam resposta.

O Ex-ministro encerrou sua participação comentando sobre a dívida brasileira, que tem sido utilizada como argumento para a ausência de investimentos. “O Brasil paga por dia útil hoje R\$ 800 milhões de juros. Só que a nossa dívida não é externa, é interna, com o sistema financeiro. Significa dizer que é uma dívida com quem tem dinheiro. Então, não falta dinheiro. O nosso problema realmente é a trágica política que temos nesse governo e no governo anterior”, concluiu.

O segundo debatedor da quinta edição do Pense Brasil Virtual foi o cientista político Roberto Amaral, também Ex-ministro da Ciência e Tecnologia durante o Governo Lula, além de conselheiro da Itaipu Binacional e do BNDES. Ele iniciou afirmando que, embora fosse falar em ciência e pandemia, faria uma intervenção mais política. “O que estamos enfrentando não é uma questão científica, não é uma questão sanitária, não é uma questão econômica, não é uma questão médica. Estamos enfrentando uma questão política, estamos enfrentando um projeto de desconstituição do País.”

Para ele, a atual situação de pandemia é reveladora de uma enorme ineficiência do sistema capitalista internacional. “É preciso que nós, socialistas, meditemos sobre isso. O que foi feito da globalização? Estamos vivendo uma sociedade absurda e pornograficamente concentradora de riquezas. Uma sociedade produtora de pobreza, que está criando um *apartheid* crescente dentro de nós. Uma sociedade que não investe em saneamento, uma sociedade que não investe em saúde pública. Nós estamos vivendo isso.”

O Ex-ministro pontuou que essa falta de investimentos é responsável, dentre outros problemas, por uma alta dependência do sistema de saúde nacional da importação de equipamentos, remédios e insumos. Ele traça esse desarranjo até o Governo FHC, quando muito foi feito para beneficiar a indústria capitalista dos medicamentos e da medicina privada. “É bom lembrar também que, no governo do acadêmico Fernando Henrique



Cardoso, as bolsas do CNPq estavam congeladas há quatro anos. Em quantidade e em valor. Eu considero que esse é o retrato de corpo inteiro do que a elite brasileira pensa da ciência e tecnologia”, continuou.

Outra herança deixada pela era FHC e recordada por Amaral foram os anúncios de reformas no ensino e nas carreiras da Educação, fazendo com que uma quantidade grande de estudantes, professores e pesquisadores brasileiros se aposentassem ou deixassem o país. “Hoje isso retorna por outras razões. Retorna porque o jovem não tem por que ser atraído para a atividade universitária quando ele vê a universidade esvaziada, quando ele não vê a possibilidade de pesquisa, quando ele não vê a possibilidade de avanço na carreira”, disse.

A revogação da Emenda Constitucional 95 foi lembrada como tarefa preponderante para retomarmos a estruturação da ciência e tecnologia. Uma pauta que deveria servir como elemento unificador do campo socialista. “É fundamental repor os recursos da saúde, educação, ciência e tecnologia. Esse tripé é uma coisa só, é um triângulo que, se for tirada uma das peças, ele cai”, sustentou Amaral.

Trazendo para a conjuntura atual, o debatedor acredita que estamos vivendo um governo da “irrazão”. “Em função desse projeto é que se exerce, neste País, com extraordinária eficiência do incompetentíssimo Ministro da Educação, o desmonte da universidade pública brasileira, o desmonte da pesquisa, o desmonte do conhecimento”, defende.

A disputa política que culminou com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, em 2018, deu início a um período de autoritarismo no País, a partir de uma falsa crença incrustada na população de que o Estado é essencialmente corrupto ou de que só existe corrupção no Estado. Com o apoio da imprensa e dos movimentos que serviram para desgastar a imagem da esquerda brasileira, o nosso atual mandatário foi eleito mesmo sendo “fruto de trinta anos de delinquência impune”, como colocado por Amaral.

“Nós não podemos esquecer que uma peça importantíssima na construção do chamado ‘capitão’ foi um recado que o então comandante do Exército, General Vilas Boas, mandou ao Supremo, dizendo para não julgar o *habeas corpus* do Lula e o Supremo, de cócoras, engoliu isso e não julgou até agora”, recordou o conferencista. Para ele, a única forma de retomarmos o desenvolvimento nacional é o afastamento não somente do atual presidente, mas do regime que se instalou a partir de sua eleição, “um regime autoritário, com tendências profascistas”.

Questionado sobre sua avaliação das atuais condições da indústria nacional, o ex-ministro declarou acreditar que o governo de Bolsonaro alimenta uma posição de subalternidade da nação: “O pilar deste governo é a dependência política, econômica e militar aos Estados Unidos”. Ele continuou afirmando que “não há um exemplo histórico de um só país do mundo que se tenha desenvolvido sem ter antes construído um moderno parque industrial e um potente mercado consumidor”.

A indústria brasileira pesa atualmente menos de 12% do Produto Interno Bruto (PIB), mas já foi responsável por 32%. “Estaremos estagnados enquanto não investirmos em reindustrialização. Da forma que caminhamos hoje, retornaremos aos anos 30 e nos transformaremos num país agroindustrial. E um país que depende só da agricultura é um país vulnerabilíssimo, pois fica à mercê das commodities e das contingências climáticas”, conjecturou Amaral.

O debatedor lembrou o episódio da entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos, que classificou como “lamentável”. Na avaliação de Amaral, o único objetivo do governo norte-americano com a transação seria impedir que o Brasil possuísse uma base espacial própria. “O que eles querem se instalando no Maranhão? Eles já possuem duas bases, uma a leste e outra a oeste. A questão não é comercial, é estratégica”, pesou. Ele completou ainda: “O Brasil renunciou à sua autonomia espacial. Hoje nós não temos foguete, não temos estação de lançamento e o nosso único satélite é produzido em convênio na China, lançado de base chinesa, com

foguete chinês. Um país que precisa conhecer o seu território e até controlar o clima e a produção agrícola renunciar a ter um projeto espacial é um crime. Nós renunciamos”.

Já finalizando sua fala, Amaral sustentou que é preciso apostar na esperança, lembrando seus tempos de resistência durante a ditadura militar. “Foi um longo inverno de vinte anos, de muita dor. Um inverno cheio de torturas, assassinatos e censuras, mas foi, por outro lado, um momento de muita riqueza, em que a esquerda brasileira se reorganizou, formulou, conseguindo enfrentar no plano político a ditadura e derrotá-la.”

A tônica final do debate, compartilhada pelo PSB foi a de que o Brasil precisa acreditar na capacidade de organização. Importante sair das bolhas, da zona de conforto e disputar ideologicamente as grandes massas, as grandes periferias. “Não espere-mos - como muitos têm esperado - que as Forças Armadas deem um chega para lá no ‘capitão’. Nenhuma solução por aí nos atenderá. Só atenderá aquela solução que partir da organização da sociedade brasileira.”



Capa em papel Couche Brilho LD 210 g/m em 4x4 cores.  
Miolo: Couche Brilho 115 LD g/m em 4x4 cores.  
Grampeado. Tiragem: 3.000 unidades

**Qualidade Gráfica e Editora**

Polo JK - Trecho 01 - Conjunto 03 - Lote 06 - Santa Maria  
Brasília - DF | CEP: 72.549-515  
Tel.: 61 3386-5199 | [www.qualidadedef.com.br](http://www.qualidadedef.com.br)  
[qualidade@qualidadedef.com.br](mailto:qualidade@qualidadedef.com.br)

“  
**NÃO**  
vamos  
**desistir**  
do **Brasil**”

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-60443-47-1



9 788560 441471

